



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – FACS
CURSO DE PSICOLOGIA

HOMOSSEXUALIDADE: CONSTITUIÇÃO OU CONSTRUÇÃO?

TERESA CRISTINA MENDES DE MESQUITA

BRASÍLIA
JULHO/2008

TERESA CRISTINA MENDES DE MESQUITA

**HOMOSSEXUALIDADE: CONSTITUIÇÃO OU
CONSTRUÇÃO?**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB –
como pré-requisito para obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Graduação de Psicologia.

Orientador: Professor Marcos Abel.

BRASILIA, JULHO/2008



Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Faculdade de Ciências da Saúde – FACS
Curso de Psicologia
Disciplina: Monografia

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof. Marcos Abel
Orientador

Profa. Cláudia Feres
Examinadora

Profa. Tânia Inessa
Examinadora

A menção final obtida foi:

BRASÍLIA, JULHO/2008

AGRADECIMENTO

Aos meus filhos Tainá e Diogo, pelo tempo de meu convívio e atenção que lhes foram furtados. Aos meus pais, que, tenho certeza, ajudaram-me de longe. À minha analista, Vera Lúcia Lúcio, com quem compartilhei as reflexões despertadas por este trabalho. Aos colegas de curso, pela amizade e companheirismo. Aos professores, que contribuíram para a minha formação acadêmica. Ao meu orientador, Professor Marcos Abel, pela atenção e ensinamentos para a elaboração desta monografia. Enfim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, concorreram para que eu até aqui chegasse.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os fatores determinantes da homossexualidade, tendo em vista esclarecer sua natureza, se inata ou construída. Para tanto, foi feita uma abordagem biopsicossocial, dando ênfase à perspectiva psicanalítica, particularmente à teoria freudiana. Realizou-se inicialmente uma pesquisa histórica a respeito da questão. Alguns estudiosos têm realizado pesquisas com o intuito de desvelar o caráter inato da homossexualidade, que seria decorrente de algum tipo de desordem genética. Entretanto, o discurso psiquiátrico atual postula que esse tipo de orientação sexual não seria um transtorno mental. Tal concepção está expressa no manual de psiquiatria vigente, o DSM-IV – *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. Do ponto de vista sociocultural, a homossexualidade seria uma construção cultural, fruto de uma relação dialética entre o indivíduo e o meio social em que se insere. Para a Psicanálise não haveria uma psicopatologia nas tendências homoeróticas; na verdade, trata-se de um modo de funcionamento objetal e identificatório diferente dos que se situam como heterossexuais. Portanto, não é algo passível de cura. O Conselho Federal de Psicologia, compactuando com tal concepção, em recente normatização estipula que a prática psicológica não pode ser direcionada para um redimensionamento da posição homossexual. Por fim, entre as argumentações socioculturais, biomédicas e psíquicas, constata-se a multifatorialidade e sua inter-relação na determinação da homossexualidade.

Palavras-chave: Homossexualidade. Psicanálise. Etiologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA	9
1.1 A homossexualidade na Antigüidade Oriental	9
1.2 A homossexualidade na Antigüidade Ocidental	12
1.3 A homossexualidade na Idade Média	18
1.4 A homossexualidade no Renascimento e na Idade Moderna	23
1.5 A Homossexualidade na Contemporaneidade	27
1.6 A Homossexualidade no Brasil	30
2 A HOMOSSEXUALIDADE SEGUNDO AS CONCEPÇÕES BIOMÉDICA E SOCIOCULTURAL	35
2.1 A concepção biomédica da homossexualidade	35
2.2 A concepção sociocultural da homossexualidade	39
3 A CONCEPÇÃO PSICANALÍTICA DA HOMOSSEXUALIDADE	46
3.1 A sexualidade infantil	47
3.2 O Complexo de Castração	50
3.3 O Complexo de Édipo	52
3.4 O Narcisismo	55
3.5 Perversão, normalidade e doença	59
3.6 A homossexualidade em Freud	66
CONCLUSÃO	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	75

INTRODUÇÃO

Atualmente, em diversos países do mundo, como França, Dinamarca, Hungria, Noruega, Portugal e Bélgica, as práticas homossexuais foram excluídas dos códigos penais. Tal conquista possibilitou maior expressão da homossexualidade perante a sociedade. No entanto, ainda há resistência por parte de alguns setores sociais em aceitar e permitir que indivíduos do mesmo sexo se relacionem afetiva e sexualmente. Apesar de haver avanços nesse sentido, como demonstra a maior visibilidade que têm alcançado os homossexuais – haja vista manifestações como a Parada do Orgulho *Gay*, de São Francisco, e a [Parada do Orgulho GLBT](#) (*Gays*, *Lésbicas*, *Bissexuais*, *Travestis* e *Transexuais*), de São Paulo, que neste ano de 2008 teve a sua 12ª edição, já fazendo parte do calendário oficial de eventos da cidade – o preconceito ainda é grande. Na verdade, a sociedade tolera a relação homossexual, com a condição de que não haja expressão dessa prática ou, no máximo, de que a manifestação de tal prática seja discreta.

Na realidade, a homossexualidade é estigmatizada, o que leva muitos *gays* a terem conflito com relação a aspectos e conseqüências de sua orientação sexual. Medo de enfrentarem perdas, tais como família, amigos e emprego, assim como de sofrerem preconceito, discriminação e violência, podem contribuir para o receio de identificarem-se como homossexuais. Estes fatores podem ser considerados centrais nos conflitos que muitos *gays* têm em relação à sua sexualidade, conferindo-lhes exclusão, solidão e sofrimento.

É neste cenário que surge a idéia de realizar este trabalho, visando a melhor compreender a etiologia da homossexualidade, entendendo esta, não como doença ou opção sexual, já que ninguém escolhe ser discriminado e marginalizado, mas como uma variante da sexualidade humana, como a heterossexualidade, que permita ao sujeito viver uma vida saudável em todos os aspectos.

Apesar de não haver um padrão de comportamento homossexual que possa ser identificado e da polêmica que este suscita, por se tratar de um tema abrangente e de difícil abordagem, é necessária uma mudança de atitude por parte das pessoas no sentido de procurar as raízes da homossexualidade com o intuito de entendê-la de forma menos preconceituosa e, não, como um problema a ser resolvido. Ao contrário, é necessário encarar essa forma de expressão da sexualidade como uma entre outras, em contraposição à condição marginal em que é colocada, em virtude do preconceito com que a sociedade ainda encara as pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo sexo.

No que se refere à relevância do tema, ressalta-se que, não obstante o aumento da visibilidade da questão nos cenários nacional e internacional, os cursos de graduação em Psicologia raramente têm em seu currículo as minorias sexuais, deixando um vazio a ser preenchido. Enquanto isso, número cada vez maior de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros procuram atendimento clínico, pois, apesar de a orientação sexual em si não estar correlacionada com saúde mental, a experiência de conviver com uma identidade estigmatizada pode fazer com que os homossexuais apresentem índices de bem-estar psicológico mais baixos que os da população em geral (EPSTEIN, 2006), manifestando problemas emocionais específicos que não são compartilhados pelos heterossexuais. Desta forma, um estudo mais aprofundado sobre o tema pode contribuir para uma prática clínica mais contextualizada e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida desta parcela da sociedade.

É oportuno salientar que o termo homossexual será aqui utilizado como significativo de homens ou mulheres cuja orientação sexual e afetiva principal é para com pessoas de seu mesmo sexo anatômico. E entre os termos empregados para fazer referência à prática de relação homossexual estão o de homoerotismo, homoafetividade e homossexualidade, cabendo em relação a este último alguns esclarecimentos. Até 1985, este termo era utilizado pela Classificação Internacional de Doenças (CID), em que aparecia na categoria de distúrbios mentais. Tendo sido a homossexualidade retirada da categoria de doença mental, e o sufixo “ismo”, do ponto de vista médico, significar doença, foi então adotada a nomenclatura homossexualidade, cujo sufixo significa modo de ser ou de se comportar (COSTA, 1994). Por isso, utilizou-se o termo homossexualidade, tendo em vista, inclusive, um dos objetivos deste trabalho, que é contribuir para a diminuição do preconceito e da atitude discriminatória para com os homossexuais.

Existem várias tentativas de se explicar e justificar o fenômeno da homossexualidade, que vai de uma falha genética a um desvio no desenvolvimento normal do indivíduo. Assim, a partir de uma pesquisa bibliográfica acerca do assunto, serão focalizadas neste estudo as abordagens biomédica, sociocultural e psicanalítica, dando ênfase a esta última, as quais oferecem versões diferentes e/ou complementares para a origem da homossexualidade.

Desse modo, no primeiro capítulo, poder-se-á verificar a evolução histórica da homossexualidade no mundo e no Brasil. Será apontada a naturalidade com que eram encaradas as práticas homossexuais na Antigüidade, assim como a maneira imprópria e

pecaminosa como começaram a ser vistas na Idade Média, devido à ascensão da Igreja e à decadência das civilizações greco-romanas. Em seguida, é estudada a representação da homossexualidade na Renascença, quando há o retorno das idéias greco-romanas, e na Modernidade, quando a prática homossexual começa a ser descriminalizada. Já na Contemporaneidade, surge uma nova forma de compreender a homossexualidade, com a sua patologização, assim como, posteriormente, a tentativa de descriminalização e despatologização das relações homossexuais. Por fim, é abordada a representação da homossexualidade no Brasil, onde, na década de 1970, surgem os primeiros grupos homossexuais para lutar o contra preconceito, encoberto e sutil, que se espalhava por toda a sociedade.

No segundo capítulo, serão apresentadas as abordagens biomédica e sociocultural das origens da homossexualidade. Na primeira, faz-se um histórico das diferentes formas de se compreender a homossexualidade, que já foi considerada “anomalia”, vício, perversão e patologia, entre outras qualificações. Na década de 1970, não se enquadrando nos critérios utilizados na categorização de doenças mentais, a homossexualidade é retirada da lista de doenças mentais, sendo hoje consenso que se trata de um aspecto da condição humana relativamente comum no mundo, configurando uma das variações possíveis da sexualidade.

Ainda no segundo capítulo é abordada a concepção sociocultural, segundo a qual a homossexualidade é socialmente construída, mudando de cultura para cultura; são apresentados também conceitos importantes para o entendimento da questão, assim como a visão das correntes essencialista e construtivista acerca da homossexualidade.

No terceiro e último capítulo, é abordada a homossexualidade à luz da teoria psicanalítica, particularmente a freudiana, que explica a origem dessa identidade sexual a partir das relações objetais primárias, sendo considerada produto de um processo de construção do desejo, inconscientemente desenvolvido. É apresentada a teoria da sexualidade de Freud, começando pela sexualidade infantil, assim como os conceitos de narcisismo, complexo de castração e complexo de Édipo, fundamentais na construção da personalidade e na orientação do desejo humano. Em seguida, faz-se uma confrontação entre perversão, normalidade e doença, ainda segundo o autor, sendo finalizado o capítulo com a análise da evolução do pensamento de Freud acerca da homossexualidade.

1 A REPRESENTAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA

1.1 A homossexualidade na Antigüidade Oriental

A homossexualidade não é um fenômeno recente ou excepcional. É tão antigo quanto a heterossexualidade e a sexualidade. Os primeiros registros da história humana referem-se à III Dinastia Egípcia, cerca de 2500 anos a.C., enquanto os primeiros testemunhos sobre a homossexualidade aparecem em um papiro de cerca de 2.000 a.C, que descreve o combate entre o deus Seth e o deus Hórus (DANIEL; BAUDRY, 1997). Seth matara Osíris, seu irmão, e passa a disputar o trono do Egito com o sobrinho Hórus, seu legítimo herdeiro. Segundo uma das versões dessa lenda, Seth procura desonrar Hórus, tentando violentá-lo. Assim, vai à Enéade, o tribunal de nove deuses, anunciar que desempenhou o papel de homem com Hórus, tendo este, portanto, tomado a posição feminina na relação sexual. Esta condição o desmoralizaria perante a Enéade. Como afirma Spencer (1996), esta lenda é sujeita a muitas interpretações e não deixa claro se os egípcios tinham uma visão positiva ou negativa do amor homossexual.

Na maioria das religiões anteriores ao aparecimento do monoteísmo, os modelos idolatrados, imitados e adorados apresentavam uma imagem de ambivalência sexual, constituindo a bissexualidade, na prática, uma norma teológica. Para Spencer (1996), a bissexualidade dos homens era aceita pelos egípcios como natural, mas o mesmo não acontecia em relação à homossexualidade passiva. Assim, o que realmente importava era o papel assumido nessas relações; os homens podiam ter relações sexuais uns com os outros, mas alguém que assumisse a posição passiva era considerado menos homem, apesar de a questão da passividade perder importância no caso de o parceiro passivo ser um adolescente, questão que será abordada mais adiante.

Naphy (2004) reproduz o pensamento de um historiador a respeito do assunto:

As categorias de experiências sexuais da Antiguidade diferiam consideravelmente das nossas... A distinção fundamental para a moralidade sexual era a distinção entre os papéis ativo e passivo. O sexo do objeto... não era em si moralmente problemático. Os rapazes e as mulheres eram muitas vezes tratados alternadamente como objetos do desejo masculino. O que era importante socialmente era penetrar em vez de ser penetrado. A relação sexual era entendida essencialmente não como uma interação, mas como um fazer alguma coisa a alguém. (p. 22)

Na Mesopotâmia, os primeiros testemunhos sobre a homossexualidade aparecem em um dos mais antigos épicos da humanidade: a Epopeia de Gilgamesh, composta cerca de

2.000 a.C., em doze pedaços de argila, na Babilônia, e descobertos em Nínive, em 1853. Gilgamesh, rei de Uruc, guiado pela interpretação de um sonho em que um homem muito forte cai sobre si, une-se a um companheiro para governar com mais sabedoria e guerrear com maior destreza. Assim, Gilgamesh junta-se a Enkidu, seu desafiante, e ambos, unidos, passam a vencer batalhas, monstros e obstáculos impossíveis, surgindo daí uma história de amor e ódio. A ligação amorosa que se estabelece entre o rei de Uruc e Enkidu somente tem fim com a morte deste último, o que acaba levando Gilgamesh ao suicídio. A epopéia de Gilgamesh, embora seja uma obra de ficção, mostra que nessa época as relações entre pessoas do mesmo sexo eram vistas como exemplo de virilidade, sendo "uma relação honrada até mesmo pelos grandes heróis e deuses" (TORRÃO FILHO, 2000, p.21).

Na Mesopotâmia, como no Egito, havia reverência ao falo, representada pelo culto a Peor, chamado de "celebração do falo". Esta festa, que se iniciava com um show exibicionista de pessoas praticando várias formas de ato sexual, envolvia o público, que aderira à bacanal. Tal reverência pode ser constatada no grande número de falos de argila encontrados em ruínas de templos de Ishtar. A grande deusa da Babilônia regia a vida de homens e mulheres, a natureza, a fertilidade, o sexo, a potência sexual e a gestação. Também presidia a guerra, as armas, determinando vitória ou derrota. O êxito era celebrado nos templos, onde eram oferecidos bens e dinheiro e realizadas festividades, incluindo orgias sexuais com as "prostitutas do templo". A prostituição sacra era parte primordial do ritual no templo. No entanto, com o tempo, o matriarcado foi substituído pelo patriarcado, e a partir de então Ishtar perdeu muito de seu *status* e glória, e deuses masculinos ganharam espaço. Templos de Ishtar tornaram-se abrigo de sacerdotisas, que ofereciam serviços sexuais mediante pagamento. A prostituição masculina também era praticada naqueles templos, onde homens se relacionavam com homens que, dizia-se, Ishtar havia "transformado" em mulheres, como demonstração e seus poderes (SPENCER, 1996).

Segundo Naphy (2004), prostitutas e prostitutos tinham relações sexuais com os devotos masculinos nos santuários e templos não apenas na Mesopotâmia, mas também na Fenícia, Chipre, Corinto, Cartago, Sicília, Egito, Líbia, África Ocidental e Índia antigos. Esses prostitutos e prostitutas sagrados dispunham de certos privilégios, determinados pelo Código de Hamurabi, um dos mais antigos conjuntos de leis da Antiguidade e que inspirou códigos semelhantes em diversas civilizações, como a dos hititas, que reconheciam a união entre pessoas do mesmo sexo, e a dos hebreus.

Na China, a obra literária mais antiga é um conjunto de poemas chamado *Shi Jing*, Odes Clássicas, que eram memorizados e recitados, como os épicos de Homero, mas que só foram registrados por escrito no Séc. VII. Essas obras relatavam amores homossexuais, apesar de na época não existir uma palavra para descrever a homossexualidade. Elas falavam de beleza e erotismo, não fazendo referência a um gênero específico. A expressão *mei rein* significava “pessoa linda” de ambos os sexos. Os homens sentiam-se atraídos tanto por outros homens quanto por mulheres, e o amor romântico podia envolver tanto dois homens como um homem e uma mulher. No *Shi Jing*, havia histórias de relações amorosas entre nobres e guerreiros, as quais, no entanto, não excluía as ligações com mulheres. Os homens casavam-se e tinham filhos, mas o casamento era uma união entre famílias para combinar riqueza e posição; o amor romântico era uma experiência vivida fora do casamento, tanto entre homens como entre homens e mulheres. Essa ambigüidade de afetos era característica das culturas chinesas mais antigas. A sociedade dava grande importância à classe social e ao apadrinhamento, o que era manifestado em palavras como *chong*, que significava “favor” ou “proteção constante”, referindo-se a uma relação que ultrapassava as barreiras de classe (NAPHY, 2004).

Durante a Dinastia Zhou (1122-256 a.C.), a relação homossexual mais comum era a que ocorria entre um homem de classe social baixa no papel passivo e outro homem, de classe superior, no papel ativo. A literatura daquela época enaltecia as relações de amor homossexuais, como a do duque Ling de Wei (534-493 a.C.) e de seu favorito Mizi Xia. Há histórias de cortesãos que expressam seu amor a seus senhores, como a do duque Jing de Qi, que promoveu seu funcionário a um dos assistentes de seu banho. Muitos favoritos reais tornaram-se administradores e assumiam posições de poder. No fim daquele período dinástico, houve preocupação com a mistura de poder político com favores sexuais, o que ficou registrado em texto político na antologia Guanzi: “Só porque acontece de um homem ser rico e eminente ou ter feições agradáveis e atraentes, ele não precisa ser sábio e ativo quando ocupa um cargo” (SPENCER, 1996, p.39).

Verifica-se que o mundo antigo parecia ter aceitado a sexualidade com tranqüilidade. Não havia uma expressão que diferenciava uma orientação sexual da outra, não havendo, assim, um conceito do que é natural ou antinatural. Como afirma Naphy (2004), o estudo das leis e dos costumes do Oriente Próximo levou os historiadores a concluir:

A homossexualidade não é assim condenada em lado algum como licenciosidade, imoralidade, doença social nem como transgressora de qualquer lei humana ou divina. Qualquer um podia praticá-la livremente, como qualquer um podia

freqüentar uma prostituta, desde que o fizesse sem violência e compulsão, e de preferência, no que diz respeito à adoção do papel passivo, com especialistas [isto é, com homens “normalmente” passivos]. (p.23)

1.2 A homossexualidade na Antigüidade Ocidental

Os escritos mitológicos do Ocidente demonstram a mesma atitude descontráida para com as relações homossexuais que se encontram nos registros escritos mais antigos do Extremo Oriente. A *Ilíada*, escrita há cerca de três mil anos, descreve a relação amorosa entre Aquiles e Pátroclo, cuja morte provocou em Aquiles tanta dor que este se lança sobre os troianos com tal ira que praticamente define a sorte grega naquela guerra. Não havia expressão física da homossexualidade em Homero; apesar de a relação homossexual nas sagas homéricas ser, em grande parte, inferida, Aquiles e Pátroclo eram aceitos como grandes exemplos homoeróticos do Século V. a.C. (SPENCER, 1996).

Segundo Dover (1994 apud TORRÃO FILHO, 2000), a mais antiga representação da homossexualidade masculina na Grécia antiga encontra-se numa placa de bronze, encontrada entre 650 e 625 a.C., na qual um homem com um arco está diante de um jovem, este com um cabrito nos ombros e os genitais expostos, e agarra o braço deste, de forma sensual. Para Oliveira (2002), as primeiras referências à atividade homossexual aparecem no Século VI a.C., na pintura de vasos ou jarras gregas, que representavam homens mais velhos com adolescentes masculinos, numa seqüência crescente de intimidade, desde a conversa até a cópula. Provavelmente, tal indicação referia-se à pederastia ritualizada, uma convenção social no período clássico da Grécia antiga, questão que abordaremos em seguida.

Zeus é responsável por um mito que ilustra bem o amor pederástico. Impressionado com a beleza do príncipe troiano Ganimedes, Zeus, transformado em águia, seqüestrou-o e o carregou consigo para o Olimpo para ser copeiro dos deuses. Lembra Torrão Filho (2000) que era costume cretense o rapto do jovem amado pelo amante mais velho, que presenteava o pai do jovem raptado. Assim, Zeus presenteou Tros, pai de Ganimedes, para amenizar a dor causada pela perda de seu filho.

Na poesia lírica do Séc. VI a.C. também está representada a homossexualidade, através da celebração, por Safo, do amor entre duas mulheres. Originária de Lesbos – nome que deu origem ao termo lesbianismo para designar o amor homossexual entre duas pessoas

do sexo feminino –, Safo tinha o amor como assunto principal em suas poesias, que foram muito apreciadas na Antiguidade:

Não recebi notícias dela
Francamente desejaria estar morta.
Quando ela partiu, chorou um bocado
Disse-me: “Esta separação deve ser suportada, Safo.
Vou contra minha vontade” (SPENCER, 1996, p.43)

Sólon, grande legislador, considerado um dos sete sábios da Grécia, não resistia ao charme dos rapazes. Em muitos versos enalteceu-os, demonstrando que o amor homossexual não era apenas aprovado, como já integrava toda a estrutura social. Criador de importantes leis, como a que estimulava maior participação dos cidadãos pobres na vida política e lhes proporcionava mais acesso à justiça, proibiu, no entanto, que escravos tivessem amantes. Sobre a atividade sexual entre homens livres e escravos, escreve Torrão Filho (2000):

Esta proibição nos faz pensar que não eram incomuns as relações entre escravos e homens livres como amantes, não apenas como o uso de um ser subalterno, o escravo, pelo seu dono e senhor, que podia fazer dele o que bem quisesse. (p. 34)

Anacreonte escrevia também versos para rapazes, que dizia serem seus deuses. Outros poetas, como Alceu e Píndaro, exaltavam a beleza juvenil, que incluía a beleza da mente, do intelecto e do espírito (SPENCER, 1996).

Registros antigos demonstram que peças de Ésquilo, Sófocles e Eurípedes tratavam de amor entre homens. Em sua peça *Mirmidões*, Ésquilo falava do amor de Aquiles e Pátroclo, já referido. *Níobe*, de Sófocles, e a peça de Eurípedes que falava da violação de Críssipo por Laio tratavam do amor homossexual. Aristófanes caçoava dos homens mais velhos, que se deleitavam com o amor masculino, mas defendia a pederastia, que considerava “tradicional e idealista”. No final de sua peça *Os Cavaleiros*, o herói é recompensado com uma mulher e um adolescente (NAPHY, 2004).

Obras clássicas de filosofia e história destacam também a questão da homossexualidade. Em *O Banquete*, de Platão, Pausânias afirma ser o amor pelo amado superior às relações heterossexuais, enquanto Alcibíades descreve as inúteis tentativas de levar seu amante Sócrates a relações mais físicas e carnavais, que lhe são negadas pelo filósofo, que tenta incutir no jovem a moderação e a virtude (TORRÃO FILHO, 2000).

Ao discursarem perante a assembléia de Atenas, Ésquines (389-322 a.C.) e Demóstenes (384-322 a.C) falaram abertamente sobre seus amores por outros homens. Aristóteles afirmava que a relação entre homens deveria ser sexualmente casta, ainda que emocionalmente intensa, e considerava o desejo de ser penetrado um defeito genético ou

consequência do fato de alguém ter sido sexualmente ativo com outros homens desde muito cedo (NAPHY, 2004).

Verifica-se que a prática homossexual aparece representada em todas as manifestações artísticas da Grécia Antiga, mas o relacionamento sexual entre dois homens era vista de forma diferente em Esparta e Atenas. Na primeira, uma sociedade guerreira, os casais de amantes homens eram incentivados como parte do treinamento e da disciplina militar, pois tais práticas davam coesão às tropas. Em Tebas, uma colônia espartana, existia o Pelotão Sagrado de Tebas, uma tropa de elite composta de 150 casais homossexuais de soldados amantes e mantida com recursos públicos. Esse batalhão constituiu verdadeira lenda, sendo o símbolo de valentia e poder militar. Os soldados eram extremamente ferozes, sendo quase imbatíveis em campo de batalha (TORRÃO FILHO, 2000). Pode-se, assim, constatar que a homossexualidade dos espartanos em nada influenciava sua condição de homens e guerreiros.

Segundo aponta Naphy (2004), enquanto os tebanos eram conhecidos por suas façanhas militares, os eleatas eram famosos por suas proezas atléticas (eles é que organizavam os Jogos Olímpicos) e pela sua paixão pela beleza masculina. Eram malvistas por apreciarem a figura masculina e por se entregarem às atividades homossexuais masculinas. Embora muitos gregos reprovassem os amores homossexuais dos eleatas, Fídias (500 a.C.), o maior escultor grego, escolheu como amante um eleata, que foi por ele representado na base de sua mais admirável obra: a escultura de Zeus sentado no Olimpo.

No séc. V a.C., Atenas destacava-se em todos os campos do conhecimento, mostrando sua hegemonia no mundo grego, o que a transformou em verdadeiro foco de atração. Nessa época existia em Atenas um bairro chamado Cerâmico, onde a vida era intensa: de dia, funcionavam as principais oficinas de artífices, e à noite entravam em atividade as cantinas e bordéis. A prostituição, tanto feminina quanto masculina, era praticada por jovens. Alguns a usavam para sobreviver, outros, por vezes, a praticavam como vício. É conhecida a história do jovem ateniense Timarco, de grande beleza e de boa família, que começou a se prostituir nas ruas de Cerâmico e Pireu. Ele buscava somente o prazer, chegando a ter dois amantes ao mesmo tempo. Ao chegar à idade adulta, entrou na política e foi atacado por Ésquines em discurso que se tornou célebre. Este tornou público o passado de Timarco, que, por isso, suicidou-se (ULLMANN, 2005).

A sociedade e a lei atenienses permitiam a prostituição masculina, mas proibiam seus praticantes de ocupar cargos públicos, pois acreditava-se que, se um homem vendesse seu corpo, não hesitaria em vender os interesses da cidade. As relações sexuais entre homens da

mesma idade eram consideradas antinaturais, pois significava que um dos homens adotava a posição passiva, traíndo assim a masculinidade que dele requeria o papel de cidadão ativo (ULLMANN, 2005).

A relação homossexual básica e aceita pela sociedade ateniense se dava no relacionamento amoroso entre um homem mais velho, o *erastes*, e um jovem adolescente, o *eromenos*. Tal relacionamento, chamado de *paiderastia*, tinha como finalidade a transmissão de conhecimentos, num ritual de iniciação do adolescente em direção à vida adulta. Para os gregos, era o paradigma da educação masculina, a *paideia*, formação geral que tem por tarefa construir o homem como homem e como cidadão, que somente se realizava através da *paiderastia*. Assim, homens mais velhos seduziam meninos entre 12 e 18 anos, dando-lhes presentes, e os ensinavam a se tornar homens honrados (SPENCER, 1996).

Como afirma Torrão Filho (2000), essa relação “erótico-pedagógica” teve uma contrapartida feminina em Lesbos, com as discípulas de Safo, e em Esparta, com a educação militar. Em Atenas e Alexandria havia clubes femininos de instrução, e o Jardim de Epicuro aceitava mulheres e escravos como seus alunos.

Cabe aqui abrir um parêntese e voltar a atenção para a sociedade ateniense, onde as mulheres estavam destinadas apenas a uma função cívica: a reprodução. Após gerar o filho, estava findo o seu papel na sociedade, pois não possuía *paideia* para transmitir qualquer tipo de conhecimento. Essa tarefa cabia ao pai, que estava mais preocupado com a política. Assim, o menino era primeiro educado pelo Estado e depois pelo *erastes*. Na relação pederástica, só o homem mais velho buscava a satisfação; o adolescente não podia demonstrar qualquer tipo de prazer, devendo mostrar-se sempre passivo. Ele recebia presentes de caráter simbólico e pedagógico: o galo era símbolo de força e virilidade, ensinando aos jovens o espírito de combate e agressividade; a lebre era entregue ao jovem para que, saindo em sua perseguição, descobrisse o prazer na caçada – também um símbolo de virilidade. As tabuletas para escrever, os instrumentos musicais e os discos de arremesso eram os presentes pedagógicos que recebiam. Outros presentes constituíam prova de admiração, como um vaso com o nome do *eromenos* nele inscrito, seguido da palavra *kalós* (belo). Os primeiros encontros aconteciam sempre nos ginásios e casas de banho, onde o *erastes* procurava exercitar-se com o *eromenos* até a exaustão, para mostrar sua força física, e não somente sua capacidade intelectual (ULLMANN, 2005).

Não se pode deixar de mencionar que tanto o *erastes* como o *eromenos* pertencia a famílias com a mesma posição social; portanto, os *eromenos* seriam os *erastes* na vida adulta

e participariam ativamente da vida pública da cidade. Esse relacionamento terminava quando o jovem se tornava adulto, ocasião em que a relação amante-pupilo se transformava em amizade, e o jovem deveria buscar seu próprio *eromenos* e, no devido tempo, encontrar uma mulher, casar e ter filhos. Segundo informa Spencer (1996), o homem deveria casar-se assim que completasse 25 anos, enquanto as mulheres, muitas vezes, se casavam com apenas 12 anos.

Dessa forma, pode-se afirmar que a sociedade ateniense era bissexual, mas dentro de certos limites. Ela aceitava a prostituição, mas proibia seus participantes de ocupar cargos públicos; admitia o relacionamento entre um homem mais velho e um jovem, mas nunca entre homens da mesma idade, não aceitando também o homem afeminado. Pode-se, então, concluir que tudo estava relacionado com a masculinidade. Em momento algum o homem grego podia perder a sua qualidade viril, para não ser comparado à mulher e sua conseqüente imagem frágil, aos escravos ou jovens, elementos submissos dentro de uma sociedade extremamente machista.

Dover (1994), em seu estudo sobre a homossexualidade grega, concluiu que, na Grécia Antiga, as relações homoeróticas supriam as necessidades de relações pessoais de uma intensidade não encontrada no casamento ou entre pais e filhos. Naphy (2004) também se refere ao fato de os gregos situarem as relações entre homens, que eram baseadas no amor, no afeto e na amizade, acima dos laços conjugais, que visavam apenas a garantir a descendência.

Roma seguiu a tradição das antigas civilizações no que se refere à celebração da bissexualidade masculina. Não se tratava apenas da clássica influência grega, mas também de uma cultura muito mais antiga, a dos indo-europeus. Assim como o homem grego, o romano podia exercer sua sexualidade com quem quisesse: homens ou mulheres. Para os romanos, a virilidade era requisito essencial para o macho adulto, aliada ao poder e dominância e ao conceito de conquistador. Essa era também uma sociedade que reverenciava o falo, onde a masculinidade se confundia com o agressor. Ao macho romano não era permitido parecer vulnerável, já que era um guerreiro (SPENCER, 1996).

O menino romano era educado para governar o mundo, tendo de se impor sobre as pessoas de classe social inferior e os escravos domésticos desde a infância. Naturalmente, tais ensinamentos se estendiam ao desejo sexual. A pederastia não era exaltada, como ocorria na Grécia, mas era muito praticada. A proibição se relacionava aos adolescentes livres, fossem estes meninos ou meninas, com ou sem consentimento dos mesmos. Sexo com eles era considerado estupro, ao passo que com escravos, atrizes, dançarinos e libertos, com ou sem

seu consentimento, não era assim julgado, pois, naquela sociedade, “essas categorias de pessoas deveriam satisfazer aos desejos dos homens livres, assim como suas esposas deveriam gerar filhos saudáveis e legítimos” (TORRÃO FILHO, 2000, p. 65).

As posições da cultura romana sobre o sexo podem ser avaliadas pela vida dos governantes e imperadores do fim da República e do início do Império. Suetônio, em sua obra **As Vidas dos Doze Césares**, escrita durante o reinado de Adriano (117-138 d.C.), mostra as preferências sexuais dos imperadores, apontando o que era e o que não era aceitável. Em relação a Júlio César (100-44 a.C.), por exemplo, o autor faz referência ao comportamento do imperador como penetrado e penetrador, citando discurso de um senador, que afirmou que César era o “marido de todas as mulheres e esposa de todos os homens” (NAPHY, 2004, p. 60).

César era motivo de piada para os romanos porque, quando assumiu seu cargo, encontrava-se no limite da idade em que ainda era aceitável comportar-se como *puer* (adolescente) e ser penetrado e já na época de se tornar *vir* (adulto) e penetrar. Isto porque qualquer jovem menor podia permitir que outro homem, mais velho e de posição social idêntica ou superior, o penetrasse, assim como o homem acima dessa idade deveria apenas penetrar outros homens ou mulheres (NAPHY, 2004).

Suetônio cita ainda a *impudicitia* da juventude, termo utilizado para se referir aos homens que assumiam o papel passivo, e o adultério da fase adulta, quando escreve sobre Augusto (63 a.C.-14 d.C.), que, assim como Otávio, havia sido *puer* para o *vir* Júlio César. Tibério (42 a.C.-37 d.C.) e Calígula (12-41 d.C.) são lembrados com descrições escandalosas das suas atividades sexuais, tendo este último conseguido superar Tibério em tais atividades. No que se refere a Cláudio (10-54 d.C.), Suetônio afirma ser “da mais excessiva e abundante luxúria em relação às mulheres, mas sem qualquer interesse por homens”. Ao comentar que Cláudio foi o único imperador a não trair a mulher, seja com outra mulher, seja com um jovem, Gibbon (1957-62, apud NAPHY, 2000) aponta para a singularidade do imperador na história romana. Nero (37-68 d.C), além de ter relações sexuais com homens e mulheres, assumia os papéis passivo e ativo nas relações homossexuais, o que foi apresentado como demonstração de sua depravação moral (TORRÃO FILHO, 2000).

Verifica-se que a prática homossexual em Roma era considerada exatamente como a heterossexual, desde que se tivesse uma posição ativa. A homossexualidade passiva era rejeitada, do mesmo modo que a posição passiva nas relações sexuais com as mulheres. Tal posição deveria ficar reservada às mulheres e aos escravos, para os quais, aliás, constituía um

dever. As mulheres romanas, embora aparentemente fossem mais livres que as gregas, precisavam manter-se castas para garantirem uma descendência legítima a seus maridos. Outras mulheres, como as dançarinas, atrizes, escravas, libertas e cortesãs, podiam ter uma vida sexual livre, o que incluía o lesbianismo, apesar da opinião masculina geral de que “uma mulher que se toma por um homem é um mundo às avessas”, como afirmou o filósofo Sêneca (TORRÃO FILHO, 2000).

Vale ressaltar que o lesbianismo, para os romanos, representava uma questão difícil, já que implicava uma mulher desempenhando o papel de um homem ativo sexualmente. Na verdade, representava uma afronta à masculinidade romana, tendo em vista que roubava do homem o direito de dar prazer. Era vista, portanto, como uma tentativa de a mulher usurpar o papel do homem. Como afirma Naphy (2004), dificilmente os romanos iriam aceitar que uma mulher, considerada um ser inferior, pudesse amar outra mulher como um homem, ser uma guerreira, participar da política ou governar.

Nesse período histórico, portanto, não havia distinção entre homossexualidade e heterossexualidade. Na verdade, até o século III, nem o Direito nem a religião de Roma faziam distinção entre a prática homossexual e a heterossexual. Era natural que indivíduos, especialmente os do sexo masculino, expressassem desejo sexual por homens e mulheres. Mais importantes do que o gênero do objeto sexual era o *status* social, assim como as configurações de poder.

1.3 A homossexualidade na Idade Média

A sociedade de Roma sofria algumas transformações importantes quando o Cristianismo sobre ela começou a ter influência (séculos II e III d.C.). Em virtude da propagação de sistemas filosóficos pagãos, sobretudo o estoicismo, que destacava a moderação e a vida em família, iria surgir uma sociedade menos liberal quanto à sexualidade. Ademais, a reação do Estado pagão ao Cristianismo e a outras religiões orientais retratava o envolvimento cada vez maior do governo com as crenças e práticas dos seus cidadãos, o que demonstrava a consolidação do poder e do absolutismo do imperador. Por outro lado, os imperadores eram antigos generais oriundos de um sistema militar que nunca compactuara com a opinião grega de que a homossexualidade fosse uma vantagem no campo de batalha.

Segundo Naphy (2004), essa combinação de fatores iria afetar as regras imperiais no que se refere ao sexo.

Com o fim do Império Romano, a Europa não possuía mais uma autoridade centralizada, não existindo um controle maior sobre as pessoas, o que explica a repressão à homossexualidade não ter surtido muito efeito nesse primeiro momento. Era difícil acabar completamente com uma atitude social e cultural que havia perdurado no mundo greco-romano por mil anos. No entanto, quando os imperadores decidiram converter-se ao Cristianismo, a situação modificou-se. Em 342, os filhos do primeiro imperador cristão de Roma, Constantino I, o Grande, realizaram diversas alterações que forjaram a cristianização da lei imperial e a abolição do paganismo. Apesar das novas determinações, as relações homoeróticas permaneceram ambíguas na época dos imperadores cristãos (NAPHY, 2004).

Como salienta Torrão Filho (2000), não é fácil estabelecer quando a moral antiga e a cristã se distanciam nos primórdios do Cristianismo. É difícil definir a ruptura entre a tolerância quase ilimitada dos romanos no que se refere à homossexualidade e as fogueiras dos cristãos. Mas, segundo Naphy (2004), é na época em que paganismo e Cristianismo coexistiram que as idéias sobre o sexo, o corpo e a natureza se formaram e, depois, moldaram o pensamento cristão, desde a Idade Média até os nossos dias. Faz-se necessário ressaltar que o Cristianismo forjou suas idéias sobre o sexo no contexto do mundo pagão greco-romano, partindo de uma tradição judaica, que considerava a procriação a razão suprema para o sexo e via a relação sexual que não tivesse esse objetivo como “antinatural, imoral, ímpia e sodomítica” (p.74).

Os primeiros cristãos tinham de lutar arduamente para sobreviverem, tendo em vista o grande número de seitas religiosas existente na época, muitas delas também adeptas de Jesus. Seus primeiros líderes, como Clemente de Alexandria, Eusébio de Cesaréia, João Crisóstomo, Gregório de Nissa, Ambrósio e Jerônimo, defendiam que a prática das relações sexuais só deveria ocorrer depois do casamento, enaltecendo, portanto, a virgindade. E a maioria deles refere-se às proibições do Levítico (XVIII, 22 e XX, 13)¹ para desaprovar a homossexualidade (SPENCER, 1996).

¹ Literalmente: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isto é uma abominação”; e “Se um homem dormir com outro homem, como se fosse mulher, ambos cometeram uma coisa abominável. Serão punidos de morte e levarão a sua culpa”, respectivamente.

Médicos como Galeno, Oribásio e Rufo de Éfeso, entre os séculos III e IV, pregavam a castidade, a vida monástica, longe das fulminantes paixões. A energia sexual, defendiam, deveria ser poupada para a geração de filhos fortes, pois acreditavam que o sêmen era finito e que, por isso, não deveria ser desperdiçado. Também se recomendava uma relação sem violência, pois esta desgastava o corpo, diminuía a quantidade e interferia na qualidade do esperma. Acreditava-se que a abstinência sexual contribuía para o desenvolvimento da mente e do corpo. Passou-se, então, a privilegiar a relação heterossexual, já que a homossexual masculina, normalmente, era mais violenta. Às mulheres não se fazia referência.

Como afirma Carvalho (2003), foi a partir da Idade Média que a Igreja se manifestou contra a homossexualidade, com base no capítulo XIX do Gênesis, que narra a história de Sodoma – da qual surgiu o termo sodomia² – e cuja interpretação relacionava o pecado dos sodomitas à homossexualidade.

No entanto, segundo Oliveira (2002), a interpretação literal daquele texto bíblico referia-se ao erro praticado pelos habitantes de Sodoma de não aplicarem as leis sagradas da hospitalidade, tendo essa narrativa bíblica a interpretação que deu ao termo sodomia o sentido que ainda mantém somente séculos mais tarde, no decorrer da Idade Média. Provavelmente tal interpretação foi conveniente à Igreja para justificar sua manifestação negativa com referência às relações homossexuais.

Para Chauí (1991 apud CARVALHO, 2003), a Igreja estaria sentindo-se ameaçada, tendo em vista que tais relações não geravam filhos, o que diminuiria a população e, conseqüentemente, o número de fiéis para contribuir financeiramente com a instituição. Desse modo, era conveniente que o sexo fosse meramente reprodutivo e, assim, o amor sensual foi marcado com a pecha de pecado.

Segundo sustenta Torrão Filho (2000), embora o Cristianismo tenha participado da crescente repressão à homossexualidade, não parece ter sido a religião cristã que esteve na origem da condenação das atividades homossexuais. Até porque o primeiro concílio a versar sobre a homossexualidade só ocorreria em 1179, o Concílio de Latrão. Não se pode esquecer também que o próprio Santo Agostinho relatou em suas **Confissões** a relação amorosa que manteve com um amigo de juventude.

² Na Idade Média, o termo homossexualismo não era conhecido. Sodomia e sodomita eram as expressões utilizadas, respectivamente, para descrever relações anais, masturbação ou sexo não procriativo e nominar quem as praticava.

Na realidade, com a destruição da vida nas cidades provocada pelas invasões, e o conseqüente deslocamento das populações para o meio rural, há uma desestruturação do meio social que propiciava a existência de uma atividade homossexual intensa, provocando a insegurança que desfez as instituições da Antigüidade e o paganismo. Boswell (1985 apud OLIVEIRA, 2002) aponta que a mudança da sociedade das cidades para o campo teria propiciado a modificação da postura moral sobre a homossexualidade, já que “as sociedades rurais eram mais centradas nos laços de família e mais presas à sacralidade dos laços de sangue” (p. 23).

Com a decadência dos meios urbanos, foram ganhando espaço as idéias repressoras contra as minorias, como os homossexuais e os judeus. O Código Teodósio previa a pena de morte para quem praticasse relações homossexuais e realizasse outras atividades pagãs, embora não haja prova de que tais penas tenham sido efetivadas. Data de 390 a primeira condenação a castigos corporais de homem acusado de prostituição, a qual ocorreu paralelamente à diminuição da tolerância a todas as formas de sexualidade não procriativas e à prostituição masculina. É de 533 a primeira lei que proíbe a homossexualidade, promulgada pelo imperador Justiniano (TORRÃO FILHO, 2000).

A poesia da época era repleta de expressões de amor entre homens, sobretudo monges, assim como eram comuns os contos seculares que focalizam relações íntimas entre homens. Mas um tipo particular de literatura popularizou-se na Idade Média: o romance de cavalaria. Característico do norte da França, dois de seus exemplos são **Tristão e Isolda** e **A morte do Rei Artur**. Neles aparece uma nova visão do chamado amor cortês, que envolve um cavaleiro em busca de aventuras e seu amor proibido por uma mulher casada, superior a ele socialmente. Nos séculos XII e XIII, a promoção do amor cortês continuou a reforçar o movimento de homossexualidade entre os monges. Numerosas obras enaltecem os amores entre homens e Santo Anselmo ou São Bernardo de Clairvaux, ao passo que, entre os leigos, os amores de Ricardo Coração de Leão e do rei da França renovaram o ideal celebrado pelos romanos (TORRÃO FILHO, 2000).

Nesse período histórico, as comunidades monásticas foram foco de uma renovação do ideal homossexual ao estilo grego, já que a relação amorosa entre o abade-mor e seus noviços figurou como um modelo de relação pedagógica em autores respeitados como Alcuíno, Estrabão ou Liutger (OLIVEIRA, 2002).

Os soberanos visigodos, recém-convertidos ao Cristianismo, tentaram impor-se à população já estabelecida na Espanha, fazendo de judeus e homossexuais bodes expiatórios de

todas as tensões sociais. Assim, por volta de 650, fizeram uma lei que previa a pena de castração para aquelas minorias, contra as quais surgiram leis ainda mais repressivas nos séculos VI e VII. Em Roma, apenas em 966 surge legislação para punir atos homossexuais, a qual estabelecia como pena o estrangulamento e a fogueira (OLIVEIRA, 2002).

Oportuno se faz salientar que até o século XII o homossexualismo não foi objeto de condenações violentas. O monge que se deixasse levar a cometer atos como o homicídio ou a sodomia jejuaria por dez anos. Aquele que tivesse um filho jejuaria por sete anos a pão e água. O laico que praticasse a sodomia jejuaria por sete anos, dos quais os três primeiros a pão e água, com sal e legumes secos apenas e nos quatro últimos seria privado de pão e carne. A partir do século XIII é que a tolerância para com os homossexuais torna-se cada vez menor. Com a consolidação do poder civil e eclesiástico na Europa, propiciado pelo surgimento dos Estados Absolutistas, houve um crescimento da repressão. Sobre o assunto afirma Torrão Filho (2002):

As mulheres foram ainda mais excluídas: judeus e muçulmanos foram perseguidos, assassinados e mesmo expulsos de vários países; bruxas hereges e sodomitas foram perseguidos pelas leis civis e religiosas. (p.119)

Observe-se que foi na esteira de um movimento de racismo, que visava a estabelecer as diferenças e rechaçar o gozo sexual para o outro, que a atividade homossexual masculina transformou-se num crime (OLIVEIRA, 2002).

Ainda no século XIII, sob influência, entre outros, de Tomás de Aquino, foi publicado por Gregório IX o código penal válido para todo o império cristão, com forte apelo ao direito natural, sob a ótica conveniente do que se considerava natural, pelo menos no que dizia respeito aos homossexuais – havia pouca reflexão sobre a moralidade do homossexualismo até a discussão dos “pecados contra a natureza”, feita por Tomás de Aquino, na Suma Teológica (1265-1273). De fato, a moral sexual e o direito propagados pela Igreja foram cada vez mais marcados pelo conceito central de Natureza (SPENCER, 1996). Tal conceito era ligado à idéia de Justiniano de que existia um direito natural comum à raça humana e aos animais, acarretando numa teoria da sexualidade fundamentada na união natural do macho e da fêmea. Na verdade, essa referência à Natureza era muito mais moral do que física, tornando-se, assim, fonte de uma moral que discriminava e excluía a homossexualidade (OLIVEIRA, 2002).

Nos séculos XIV e XV recrudescer o combate à sodomia na Europa, sendo fundadas, na Itália, associações como o *Collegium Sodomitarum* e o *Ufficiali della Notte*, encarregadas de investigar e, inclusive, aplicar penas preventivamente. Particularmente a partir do século XIV, os homossexuais passam a ser cruelmente perseguidos, até porque nessa época era necessário procriar nos países despovoados por epidemias e guerras, e a homossexualidade passa a ser associada à feitiçaria e ao demonismo. Quem

infringisse a norma heterossexual era condenado a castigos duríssimos, à prisão e à fogueira, pois a Inquisição estava vigilante. No entanto, era levada em consideração a idade do criminoso: meninos de 12 a 15 anos eram presos por três meses; os acima de 15 tinham de pagar multa, além de serem presos; homens pagavam multas, que se tornavam cada vez maiores a medida que ficavam mais velhos – se não as pagassem eram despidos, atados pelos genitais, humilhados em público e expulsos da cidade; os que tinham mais de 33 anos eram queimados e suas propriedades, confiscadas (SPENCER, 1996).

A grande variedade de culturas ocidentais não contribuía para uma estabilidade dos costumes no que se refere ao matrimônio e ao sexo. Embora a literatura clerical demonstrasse uma uniformidade de normas e interdições, o *ethos* popular demonstrava haver um quadro bem mais complexo e variado de tabus e tolerâncias sociais. No entanto, por todo esse período, transparece uma atitude negativa estável frente às atividades homossexuais, como consequência mais da resistência e aversão por parte de uma sociedade preponderantemente heterossexual, em que os comportamentos considerados certos ou errados, lícitos ou imorais ficam em torno do relacionamento heterossexual, pois o anormal causava insegurança e medo (LEERS; TRASFERETII, 2002).

Conclui-se, portanto, que, ao considerar as relações homoeróticas pecaminosas, representando a transgressão do que se avaliava ser a palavra de Deus, a doutrina judaico-cristã inaugura um discurso que, devido ao lugar social que a Igreja ocupava, tornou-se hegemônico e ainda hoje está arraigado no senso comum.

1.4 A homossexualidade no Renascimento e na Idade Moderna

No Renascimento há o retorno das idéias greco-romanas. Os dois séculos de violenta perseguição e condenação sofreram uma ruptura, em meados do século XIV, depois da devastação provocada pela Peste Negra. Na Itália, houve um retorno à tolerância da homossexualidade, paralelamente à ascensão do capitalismo e da democracia e às tentativas de juntar os escritos clássicos com os ensinamentos da Igreja, visando a um novo humanismo filosófico (BAILEY, 1955 apud OLIVEIRA, 2002).

O centro desse novo humanismo, chamado de neoplatonismo, localizava-se na Academia Platônica de Florença, cujos patronos eram os Médicis. Os neoplatonistas acreditavam que a missão do ser humano era ascender a níveis cada vez mais altos de

conhecimento e amor, o que o levaria ao final a um sentimento de estar em comunhão com Deus. E este conceito neoplatônico da pureza do amor teve grande influência sobre a poesia e a literatura do século XVI (OLIVEIRA, 2002).

É neste contexto intelectual e religioso que toma forma a homossexualidade renascentista, baseada em grande parte na que foi adotada na Grécia Antiga. A homossexualidade voltou a ser aceita como parte de um relacionamento idealizado entre, mais uma vez, um homem maduro e um jovem. O objetivo era fazer a fusão do espiritual e do erótico. Assim como ocorreu no passado, a prostituição e o papel sexual passivo eram condenados, e não há registro de casos de amantes da mesma idade (OLIVEIRA, 2002).

Michelangelo Buonarroti (1475-1564) é um bom exemplo de como foi utilizado o conceito neoplatônico para expressar as atividades homossexuais. Aos 57 anos de idade, conheceu Tommaso de Cavalieri, jovem bonito e inteligente de influente família romana, a quem presenteou duas versões em desenho do mito do rapto de Ganimedes por Zeus, em forma de águia. Segundo Torrão Filho (2000), esse relacionamento durou 32 anos, até a morte de Michelangelo, que morreu nos braços de seu amado.

Juntamente com Michelangelo, Leonardo da Vinci (1425-1519) foi o artista mais conhecido e famoso do Renascimento. Em 1476, foi acusado, juntamente com mais três homens, de ter cometido sodomia ativa com Jacopo Saltarelli. Foi preso, mas, em seguida, absolvido por falta de provas, o que não impediu que esse acontecimento o marcasse para o resto da vida. Por volta de 1506, conheceu um jovem de quinze anos, chamado Francisco Melzi, com quem manteve uma amizade de grande intimidade até a morte na França, em 1570. Melzi foi herdeiro dos livros e instrumentos de pintura de Leonardo da Vinci (TORRÃO FILHO, 2000).

Além de Michelangelo e Leonardo da Vinci, muitos homens famosos do Renascimento foram conhecidos como praticantes do amor grego, como Caravaggio, Shakespeare e Giovanni Antonio Bazzi (1477-1549), pintor italiano conhecido como Il Sodoma em função de sua homossexualidade. Segundo Torrão Filho (2000), Bazzi orgulhava-se de seu apelido, o que demonstrava através das canções que escrevia sobre suas preferências e que ele próprio cantava.

Não obstante tais expressões de aceitação social ou, ao menos, da tendência de grandes personalidades desafiarem os dispositivos legais, estes continuavam inflexivelmente condenando os sodomitas. Para controlar a sodomia, foi criada em Florença, por exemplo, em

1432, a *Ufficiali di Notte* (Agentes da Noite), que perseguiram por 70 anos homens que tinham relações homossexuais – geralmente um homem mais velho e um jovem. Instituição semelhante foi instituída em Veneza, em 1418: o *Collegium Sodomitarum* (NAPHY, 2004).

Em Portugal, ser italiano ou ter passado pela Itália já levantava suspeitas de sodomia. Daí se originou o termo pelo qual ficou conhecida: o vício italiano. A homossexualidade, como aponta Roche (1987, p.701 apud TORRÃO FILHO, 2000), era vista como a causadora de uma série de desgraças, “da guerra à peste, do ódio dos inimigos à rebelião e às desordens civis”.

Outro nobre importante implicado em sodomia foi o filósofo, literato e político Francis Bacon (1561-1626), cuja mãe se desesperava com a relação pública que ele mantinha com seu serviçal, o que prejudicava sua reputação e sua saúde.

A Inglaterra do século XVII, apesar do seu puritanismo, também viu florescer a prática homossexual, que se tornou intensa, com clubes e tavernas onde os homossexuais se encontravam, alguns inclusive travestidos, chamados popularmente de *molly houses* (casas de veados). Assim como ocorria em Portugal, alguns desses estabelecimentos eram administrados por mulheres. Era comum naquele período que alguns aristocratas ou burgueses tivessem jovens criados solteiros que lhes serviam como amantes, sendo a condição de empregado um disfarce para que pudessem viver na mesma casa (NAPHY, 2004).

No século XVII, o mais notório homossexual da corte francesa foi Felipe de Orleans (1643-1715), regente do reino e irmão de Luís XIV, o Rei Sol. Diz-se que Felipe, embora casado com Henriqueta, da Inglaterra, preferia os pajens e jovens da corte a sua esposa ou a qualquer outra mulher. Não escondia suas preferências: pintava-se e vestia-se de mulher e chegou a dançar um minueto no palácio real com um de seus amantes. Foi também um dos fundadores da Ordem dos Templários (SPENCER, 1996).

No século XVIII, a rainha da França, Maria Antonieta, parece não ter sido indiferente ao safismo. Seu casamento com Luís XVI só foi consumado sete anos depois da cerimônia, período em que se comentavam suas relações com as jovens da corte. Mesmo depois de consumado o casamento, a rainha mostrou-se ligada às princesas de Lamballe e de Polignac, que se diziam ser suas amantes (TORRÃO FILHO, 2000).

As lésbicas menos importantes não tinham a mesma sorte: não lhes era perdoada a atividade homossexual, principalmente aquelas que se vestiam de homem. No início do século XVII, a alemã Catarina Margarida Lincken foi acusada de ter-se vestido de homem e

desposado outra mulher, chamada Margarete. Também na Inglaterra as lésbicas travestidas foram perseguidas: em 1746, Mary Hamilton foi processada por ter-se casado com uma mulher e com ela viver como se fosse homem (SPENCER, 1996).

Com a Revolução Francesa, tanto a homossexualidade masculina quanto a feminina foi deixando de ser considerada crime grave. Na França e em quase toda a Europa a homossexualidade era cada vez mais assunto das autoridades civis que da Inquisição ou dos tribunais religiosos. Paris era uma grande cidade com uma subcultura homossexual. O Século das Luzes presenciou menos execuções do que o século XVII, mas o controle policial era intenso. Muitos dos homossexuais eram identificados por uma vestimenta específica com que podiam reconhecer seus possíveis parceiros, mas que servia também para se fazerem notar pela polícia. Tal vestimenta, constituída de casaco, gravatas grandes, chapéu-coco e laços nos sapatos, era chamada de uniforme pederástico. A maior parte desses acusados era composta de operários e artesãos, sendo poucos os burgueses ou nobres que eram incomodados pela polícia. Os clérigos também constavam do “livro dos pederastas” da polícia: um clérigo de 30 anos foi preso com um curtidor de couro de 20 anos, em seu próprio apartamento (NAPHY, 2004).

A atitude da polícia parisiense e da população em geral com relação aos sodomitas era de relativa tolerância: os acusados preferiam reconhecer-se como pederastas a serem identificados como ladrões, já que se considerava a sodomia um crime menor. As penas dependiam das personalidades e circunstâncias envolvidas. Aristocratas e burgueses raramente eram incomodados pela polícia, pelo menos até a eclosão da Revolução de 1789 (SPENCER, 1996).

Pelo que se pôde verificar, a homossexualidade não era coisa apenas de nobres, pois muitos operários e homens do povo faziam parte dessa subcultura, que incluía locais para o encontro de pederastas, gestos, uma forma de falar e nomes para usar que os diferenciava e em que podiam identificar-se uns aos outros. Os princípios da Revolução acabaram por descriminalizar a sodomia: o código criminal de 1791 deixa de mencioná-la. Embora não tenham mais sido mortos nas fogueiras da Inquisição, os homossexuais não deixaram de ser reprimidos pelo preconceito e pelas chamadas polícias de costumes, “que procuravam controlar e impedir a desordem, a depravação de jovens por adultos predadores” (TORRÃO FILHO, 2000, p. 158).

1.5 A Homossexualidade na Contemporaneidade

A partir dos séculos XVIII e XIX, a maneira como as autoridades legislativas, religiosas e científicas abordavam a homossexualidade e as práticas que empregavam sofreu modificações. Os homossexuais passaram a ser vistos como delinquentes em potencial, o que fez aumentar o rigor das leis, dos castigos e da vigilância contra as práticas homossexuais.

Nesse contexto tão inóspito, a homossexualidade acabou tornando-se o que Oscar Wilde (1905) imortalizou na carta **De profundis**, endereçada do cárcere ao seu amante: “o amor que não ousa dizer seu nome” (SPENCER, 1996).

É interessante perceber que essas tentativas de impedir a proliferação do comportamento homossexual acabaram por incentivá-lo. Nas palavras de Foucault (2001, p. 48), isto começa a causar “não somente uma explosão visível das sexualidades heréticas, mas, sobretudo, a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas”. Um exemplo disso é a prática do travestismo. Spencer (1996) cita a escritora George Sand como uma das mulheres que se vestiam como homens para ingressarem nos círculos intelectuais então dominados por homens. Por outro lado, homens utilizavam o vestuário feminino, incluindo perucas e maquiagem, para viverem uniões matrimoniais com outros homens, na tentativa, muitas vezes bem-sucedida, de passarem despercebidos pela sociedade.

Nos séculos XVIII a XX, foram criadas e sustentadas as concepções de “diferença dos sexos” entre homens e mulheres, de “instinto sexual”, o que possibilitou a noção do que era normal ou patológico em matéria de sexualidade e, finalmente, de “homossexualidade”, com o intuito de promover e manter uma “desigualdade natural” entre os sexos que respaldasse a hegemonia do homem heterossexual na ordem burguesa dominante (COSTA, 1995).

É, então, a partir do século XIX que outra forma de compreender a homossexualidade, então recém-nascida, irá inscrever-se na cultura através da Medicina: a de patologia. A medicina, ao ser convocada a explicar as questões da sexualidade, passou a produzir teorias e tratamentos sobre o comportamento que passou, em 1869, a ser conhecido por homossexualidade.

Krafft-Ebing, em seu livro *Psychopathia Sexualis*, escrito em 1886 e traduzido para o inglês na década de 1890, influenciou toda uma geração de médicos no tratamento da homossexualidade, considerada então como “[...] insanidade devida a anomalias cerebrais,

sinal de ‘doença hereditária do sistema nervoso central’ e ‘sinal de degeneração’” (SPENCER, 1996, p. 276, aspas do autor).

Então, diversas formas de tratamento foram utilizadas a fim de “curar” (aspas minhas) a homossexualidade, entre elas a hipnose, a castração, a terapia de choques convulsivos, lobotomia, terapia hormonal, terapia por aversão e as psicoterapias. Todas foram, e ainda são – pois ainda existem relatos de sua existência – ineficazes. Mas, contrariando um século de patologização, em 1973, a homossexualidade foi excluída do DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Psiquiátrica Americana.

Apesar da posição majoritária de cientistas em prol da patologização/cura da homossexualidade, uma minoria, ao longo da história, a compreendia de forma diferente. Segundo Spencer (1996), em 1928 foi fundada a “Liga Mundial pela Reforma Sexual”, que trabalhava em prol, entre outras coisas, da igualdade sexual. “A ‘igualdade sexual’ abrangia as injustiças contra homossexuais” (p. 311, grifo do autor).

Em 1948 foi lançado o relatório Kinsey, intitulado **O comportamento sexual do macho humano**, que, ainda conforme Spencer (1996), scandalizou a sociedade da época devido aos “[...] dados sobre a incidência de comportamento homossexual” (p.337), pois demonstrou que a homossexualidade é encontrada em todas as faixas etárias, todas as profissões, em todos os níveis sociais e em todos os lugares. Relata o autor que essa publicação apoiou e encorajou homossexuais do mundo inteiro.

Pouco a pouco foram surgindo movimentos visando a uma revisão da questão homossexual. Ainda em 1948, nos Estados Unidos, foi fundada a “Sociedade Mattachine”, que prestava assistência social à proteção dos homossexuais e promovia o debate sobre o lugar do homossexual na sociedade. Em 1954, na Inglaterra, foi criado um comitê do governo para estudar a legislação sobre a homossexualidade e a prostituição, o que culminou com a fundação, em 1958, da Sociedade pela Reforma da Lei Homossexual, cuja reforma só foi efetivada em 1966 (SPENCER, 1996).

Embora tenha havido inúmeras iniciativas individuais para a modificação da legislação e da inserção social do homossexual, foi o movimento da contracultura, nas décadas de 60 e 70, que forjou o ambiente favorável para as ações descriminalizantes e despatologizantes acerca da homossexualidade. Esse movimento, formado eminentemente por jovens, protestava contra os padrões socioculturais vigentes e contra a guerra do Vietnã. Neste cenário, um fato foi decisivo para o início dos movimentos militantes *gays*: em 1969, um bar

gay de Nova Iorque, chamado *Stonewall Inn*, foi invadido pela polícia, e os fregueses resistiram durante dois dias e duas noites (SPENCER, 1996). Este fato teve como consequência a criação do movimento de libertação gay chamado *Stonewall*, que reivindicava o fim da opressão e da discriminação de pessoas com orientação sexual homossexual.

Surgiram, então, movimentos, jornais, paradas, seminários, palestras, grupos de apoio, enfim, tudo o que “tirasse do armário” o homossexual, fazendo com que ele lutasse por seus direitos civis. Foram esses movimentos que, ainda nos Estados Unidos, pressionaram cidades a rejeitar leis contra a sodomia e acabar com a perseguição a homossexuais. Esses mesmos movimentos pressionaram a comunidade médica a retirar a homossexualidade da lista de desequilíbrios psicológicos (NAPHY, 2004). E, como vimos, foram bem-sucedidos.

A partir desses acontecimentos, outros países começaram a modificar suas legislações. Spencer (1996) salienta que atualmente 74 países, dos 202 países do mundo, consideram ilegal o comportamento homossexual. Nos países islâmicos, a punição de atos homossexuais pode variar desde prisão a chicoteamento, apedrejamento e amputação de pés e de mãos. A prisão também é a punição em países como Argentina, Cuba, Chipre, Paquistão e China, entre outros. Na Arábia Saudita, é crime passível de pena de morte. Apesar desse quadro, em países como Grécia, Islândia, Holanda, Nova Zelândia, Polônia, Austrália Dinamarca, França, Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos, a situação é bem diferente. Em alguns destes países já existem leis de proteção à discriminação, reconhecimento da união civil entre homossexuais e o estabelecimento de idade mínima para a orientação sexual, seja hetero ou homossexual.

Apesar de os homossexuais, lésbicas e homens *gays*, reivindicarem igualdade nas leis e garantias contra a discriminação, nenhum tratado internacional de direitos humanos refere-se explicitamente aos direitos e liberdades das pessoas de tendência sexual alternativa. Segundo Spencer (1996), isso ocorre porque grande parte da sociedade ainda considera os homossexuais pessoas perigosas, perversas e pecadoras, sendo a homossexualidade considerada inferior à heterossexualidade, “[...] principalmente porque os casais *gays* e lésbicos não podem procriar” (p.369).

Embora se possa verificar que muito já se caminhou no sentido de uma abertura sociocultural da homossexualidade, o autor afirma:

Os direitos dos *gays* não gozam de proteção suficiente em nenhum código reconhecido de direitos humanos. Parece que isso não é devido a deficiências textuais dos principais tratados, mas, sim, à sua interpretação sob a ótica conservadora das pessoas investidas de autoridade. (SPENCER, 1995, p. 370)

1.6 A Homossexualidade no Brasil

Os portugueses, quando chegaram ao Brasil, chamavam os índios de bugres ou gentios, por identificá-los com a prática da sodomia. Tanto o termo bugre, que se originou de uma seita herética da Bulgária do século XI, quanto o termo gentio, de origem hebraica, designavam o herege e o praticante da sodomia, indistintamente. Isso ocorria porque a homossexualidade quase sempre era associada à heresia (TREVISAN, 2002).

Há registros de que muitos índios vangloriavam-se de manter relações sexuais com outros homens passivos, assim como algumas índias comportavam-se como homens, guerreando com eles e casando-se com mulheres, pois se consideravam ofendidas quando eram chamadas de mulher (MOTT, 1987 apud TORRÃO FILHO, 2000).

Nas tribos indígenas brasileiras, afirma Torrão Filho (2000), não era incomum os jovens adolescentes passarem a fazer parte das “casas-dos-homens”, chamadas *baito* – encontradas entre os índios Bororo –, onde era comum a relação entre eles e homens mais velhos, como forma de iniciação à vida adulta, o que, segundo Gilberto Freyre (1987, apud TORRÃO FILHO, 2000) favorecia a prática da homossexualidade.

Ainda segundo aquele autor, a homossexualidade não era vista como uma prática vergonhosa: os *tivira* ou *tibira*, como eram chamados os homens efeminados, chegavam a enaltecer suas relações homossexuais, por considerá-las sinal de valor e valentia. Ainda hoje, no Estado de Tocantins, os índios *Kraô*, praticam o *cunin*, nome utilizado para designar as relações sexuais entre jovens do sexo masculino. Tal comportamento não suscitava qualquer tipo de restrição ou proibição (DAVI; RODRIGUES, 2003).

Ao chegarem a este País, muitos colonos adotavam os costumes dos bugres, casando-se com várias mulheres ou praticando a sodomia. Preocupados com esse cenário, as autoridades portuguesas enviaram ao Brasil, em 1591, a Primeira Visitação do Santo Ofício da Inquisição e, em 1620, a Segunda Visitação, com o objetivo de colher denúncias e confissões dos hereges, judeus e sodomitas e enviá-los para os cárceres do Santo Ofício, em Lisboa. Graças a essas visitas, ficou documentado que homens e mulheres foram acusados de praticarem atos homossexuais e perseguidos pela Inquisição no Brasil colonial.

As punições aos praticantes do “pecado nefando”, segundo informa Trevisan (2002), foram as mais diversas, entre as quais se incluíam, como penas mais brandas, jejuns, orações

especiais, retiros, multas e açoites e, nos casos mais graves, confisco de bens e degredo para outras cidades, estados ou países da África, além do trabalho forçado nas galés³.

A partir do século XVIII, houve progressiva perda de poder dos tribunais da Inquisição em Portugal, o que redundou na sua extinção, em 1821. Em função disso, sodomia no Brasil passou cada vez mais para a alçada da justiça comum. Os ideais revolucionários de 1789 também haviam atingido o Brasil, e do Código Napoleônico, de 1813, já não constava a homossexualidade como crime. A primeira Constituição brasileira, de 1823, que em linhas gerais atualizava as Ordenações Filipinas – leis portuguesas do século XVI, que determinavam a pena de morte para a sodomia – também não a incluía entre os crimes civis. Portanto, a sodomia continuava a ser pecado, embora não fosse mais passível de condenação pela fogueira (TORRÃO FILHO, 2000).

O código penal da República, de 1890, também não considerava crime as relações entre pessoas do mesmo sexo, mas manteve a figura jurídica da “ofensa à moral e aos bons costumes”, criada pelo Código Penal brasileiro de 1830, agora sob o nome de “crime contra a segurança da honra e honestidade das famílias” ou “ultraje público ao pudor”, assim como proibiu o travestismo. No atual Código Penal, promulgado em 1940, permanece o crime por ultraje ao pudor, quando o ato obsceno é praticado publicamente ou o objeto obsceno exposto ao público, incluindo-se as representações cinematográficas, fonográficas ou teatrais (TREVISAN, 2002).

As principais cidades brasileiras estavam crescendo e com elas, a prostituição. Segundo Freyre (1977 apud TORRÃO FILHO, 2000), no século XIX era tão comum a prostituição masculina no Rio de Janeiro, que em 1846 o Barão de Moreira, cônsul de Portugal, determinou a importação de mulheres dos Açores, a fim de coibir tal prática.

³ Embarcação comprida e estreita, de baixo bordo, com duas velas acessórias, mas impelida basicamente por remos, que foi utilizado desde a Antigüidade grega até os fins do século XVIII.

Era então a prostituição considerada a responsável pela dissolução de costumes e valores morais, que promoveria a destruição das bases da família. Por outro lado, tal prática era vista também como um fator de preservação das moças de boa família, diante das necessidades eróticas naturais dos homens, embora fosse considerada por outros como um incentivo ao lesbianismo entre as meretrizes. Em 1906, afirmava o médico Pires de Almeida

que a referida prática ajudava a diminuir tanto a pederastia quanto a prostituição masculina, por ele considerada muito pior que a feminina (TORRÃO FILHO, 2000).

Paralelamente, como ocorria na Europa, no Brasil começaram a surgir, a partir de meados do século XIX, abordagens científicas sobre as “perversões sexuais”. Em livro publicado em 1894, o jurista José Viveiros de Castro apresentava dados históricos sobre a “inversão sexual”, já utilizando conceitos da psiquiatria. Estudiosos procuravam conhecer todos os aspectos da sexualidade desviante, mas era necessária, para viabilizar suas teses, uma definição rigorosamente científica. Surgiu assim a figura clínica do homossexual, termo utilizado pela primeira vez em 1869, na Alemanha, pelo jornalista austro-húngaro Karl-Maria Kertbeny e desde então utilizado pela Ciência, inclusive no Brasil. Pois, uma vez enquadradas na legitimação da Ciência, as práticas de inversão sexual não mais poderiam ser consideradas pecado, vício ou crime; sendo demonstrado tratar-se de manifestações patológicas, somáticas ou psicológicas, todas necessitariam de intervenção e dos cuidados do médico ou do psiquiatra. A Medicina, depois de libertar os loucos da prisão, ajudaria também os indivíduos que eram vítimas de suas taras e anomalias (TREVISAN, 2002).

Como ficou evidenciado, apesar de a homossexualidade não ser considerada crime pelo código penal da República, os seguidores da prática homossexual eram com frequência considerados doentes e criminosos, capazes de praticarem crimes e “as ações mais loucas, movidos por sua paixão invertida” (TORRÃO FILHO, 2000, p. 253). Com a patologização da homossexualidade, passa a cuidar desses casos a psiquiatria criminal, para a qual crime e homossexualidade estavam muito próximos. Na década de 1930, por exemplo, homossexuais delinquentes eram enviados pela polícia de São Paulo para o laboratório de Antropologia Criminal do Instituto de Identificações daquele Estado, a fim de serem objeto de estudo nas pesquisas que estavam sendo feitas sobre as causas biológicas e sociais da homossexualidade. Segundo ainda o autor, não era admitida, por esses pesquisadores, a possibilidade de estudarem indivíduos que não fossem criminosos, pois a homossexualidade, segundo eles, não poderia ser encontrada em pessoas saudáveis.

Conforme acentua o Dr. Viveiros de Castro, a origem da homossexualidade estaria na “loucura erótica”, resultante de psicopatias sexuais em pessoas mentalmente alienadas, assim como poderia ser consequência de falhas hereditárias no desenvolvimento glandular; vida insalubre, alcoolismo e circunstâncias favoráveis à aquisição do “vício”, como prisões, velhice e impotência, entre outros. Segundo ele, os homossexuais sofriam de uma alteração psíquica chamada “efeminização” (TORRÃO FILHO, 2000).

As lésbicas, também chamadas de tríbadés e fanchonas, entre outras denominações, eram classificadas como loucas, congênitas ou viciadas. Ainda segundo o criminalista Viveiros de Castro, o lesbianismo tinha como causa, além do desgosto provocado pelas aberrações sexuais exigidas pelo homem, a vida nos internatos, a literatura e a educação modernas.

Então, diversas formas de tratamento foram utilizadas a fim de “curar” a homossexualidade, tendo os especialistas em inversão sexual indicado a necessidade de se cuidar da educação, a fim de prevenir o “mal social” dentro dos colégios, especialmente nos internatos, onde eram conhecidos os casos de sexo entre colegiais. Esses estabelecimentos educacionais proliferaram no século XIX e eram freqüentados pelos filhos das elites locais. Na época, pais e professores eram alertados para o perigo do onanismo (masturbação) e da pederastia. Os médicos também mostravam preocupação com os internatos femininos, onde eram comuns ligações afetivas intensas, que poderiam “[...] degenerar na adolescência para amores lésbicos” (TORRÃO FILHO, 2000, p. 251).

Entre os cuidados para prevenir a homossexualidade estavam o incentivo à convivência com crianças do sexo oposto e, por meio do magnetismo e da sugestão, dirigir a atenção do pederasta para a beleza das formas femininas. Paralelamente, era aconselhado o uso da hipnose para induzir no doente a repulsão, o horror pela sua anormalidade. Ao final do tratamento, o invertido estaria inclinado “para as carícias do outro sexo” (TREVISAN, 2002, p. 187).

Outro local considerado privilegiado para a prática da homossexualidade eram as prisões, o que é bem retratado no livro *Usina*, de José Lins do Rego, que conta a história de Ricardo, um moleque que encontra na prisão o afeto de um homem. A mesma obra mostra ainda o caráter sagrado dos homossexuais através da personagem de um ex-escravo que tinha em sua comunidade o prestígio de um sacerdote, sendo respeitado por todos. Segundo Torrão Filho (2000), assim como o referido personagem, muitos homossexuais tinham importantes funções nas religiões indígenas americanas e nos cultos afro-brasileiros, como a umbanda e o candomblé. Estudos antropológicos realizados em terreiros brasileiros mostraram que *gays* e lésbicas costumavam ocupar as principais funções sacerdotais nessas religiões.

Por outro lado, o conhecido médico-legista Aldo Sinisgalli, na década de 1930, alertava para o perigo da destruição da sociedade e do enfraquecimento dos países provocados pela homossexualidade, que, se fosse regra, acabaria com o mundo em pouco tempo. Esse médico chegou a propor a abertura de uma espécie de manicômio judiciário para o

confinamento dos pederastas e a defesa da sociedade, pois acreditava que não adiantava punir os homossexuais, como ocorria anteriormente, deveriam eles, como doentes e irresponsáveis pelo seu mal, ser tratados pelos médicos e educadores, porque “são eles os competentes” para a cura dos males orgânicos e psíquicos (TREVISAN, 2002, p. 188).

Como se pode verificar, as condições de vida para os homossexuais brasileiros até a metade do século XX não eram das melhores, o que provocou a permanência da maioria deles dentro de apertados, mas protetores “armários”, o que explicaria, segundo Torrão Filho (2000), a pequena quantidade de personagens que não eram saídos das páginas médicas ou policiais. Loucos ou delinquentes, teriam de esperar os anos 60 para começarem a assumir sua homossexualidade.

A década de 1960, aqui como no mundo, foi palco de liberação sexual, de movimentos em defesa de direitos civis e de luta contra a ditadura militar vigente no País entre 1964 e 1985. Nos anos 70, surgem os primeiros grupos homossexuais. Enquanto nos países europeus e nos Estados Unidos os primeiros movimentos tiveram como finalidade a descriminalização da homossexualidade, no Brasil o objetivo maior era a luta contra um preconceito, encoberto e sutil, que se espalhava por toda a sociedade, escondendo-se por trás de uma suposta democracia sexual, assim como o racismo esconde-se sob suposta democracia racial (FRY, 1982 apud TORRÃO FILHO, 2000).

O primeiro jornal *gay* do Brasil, **Lampião**, lançado em abril de 1978, tratava, entre outras coisas, do preconceito e da auto-estima do homossexual e dele faziam parte o artista plástico Darcy Penteado, o antropólogo Peter Fry, assim como os escritores João Silvério Trevisan e Aguinaldo Silva. O periódico era considerado esquerdista e pornográfico, e seus responsáveis foram processados e fichados como criminosos, tendo o processo sido arquivado em função de, pelo menos teoricamente, a homossexualidade não ser considerada crime (TORRÃO FILHO, 2000).

Nesse mesmo período, surgiu em São Paulo o grupo **Somos**, que teve vida breve, ao contrário do Grupo *Gay* da Bahia, que, tendo surgido na década de 1980, é até hoje o grupo mais consistente e de maior visibilidade. Liderado pelo historiador e antropólogo Luiz Mott, o grupo tem como foco questões políticas, raciais e culturais ligadas à homossexualidade (TREVISAN, 1986).

Embora os movimentos gays apareçam no mesmo contexto dos movimentos de mulheres, contra o machismo e a desigualdade, e dos movimentos pela liberdade e pelo fim da

ditadura, particularmente hostil aos homossexuais, sua luta era considerada menor. Salienta Torrão Filho (2000) que a homossexualidade chegou a ser considerada pelos comunistas stalinistas “um vício burguês que deveria desaparecer com o socialismo” (p.261).

Com o aparecimento da AIDS na década de 1980, entidades e grupos em defesa dos direitos dos homossexuais unem-se, como nunca antes havia ocorrido. Personalidades como Cazuza, Renato Russo e Lauro Corona assumiram publicamente sua homossexualidade ou bissexualidade, depois de tomarem conhecimento de estarem contaminados com o HIV. Isso suscitou grande organização dos movimentos e um excelente trabalho de muitos grupos de prevenção da doença. Atualmente *gays* e lésbicas brasileiros contam com a ajuda de diversos grupos que promovem a conscientização sobre direitos civis, drogas, sexo seguro, doenças como AIDS e DSTs, violência e discriminação (DAVI; RODRIGUES, 2003).

Apesar de toda a organização alcançada, da descoberta do poder de compra dos homossexuais e da presença destes cada vez maior nos meios de comunicação, a situação dessa parcela da população no País ainda não é segura, principalmente nos Estados mais pobres e nas pequenas cidades. Relata Torrão Filho (2000) que em diversas capitais do Brasil esquadrões da morte fuzilam travestis e prostitutas, e tais crimes não são elucidados.

Não obstante essa intolerância, com a evolução dos costumes e mudança de valores, a questão da homossexualidade passou a ser tratada com mais naturalidade e transparência. Apesar de toda a discriminação existente, os movimentos *gays* ajudaram a enfraquecer os preconceitos. A homossexualidade ganhou visibilidade, e muitos homossexuais passaram a assumir sua condição sem qualquer constrangimento. Mas o fato é que no Brasil e na grande maioria dos países, apesar de todos esses avanços, o preconceito ainda faz com que muitos homossexuais continuem excluídos da plena cidadania.

2 A HOMOSSEXUALIDADE SEGUNDO AS CONCEPÇÕES BIOMÉDICA E SOCIOCULTURAL

2.1 A concepção biomédica da homossexualidade

A investigação das “causas” biológicas da homossexualidade não é um fenômeno recente, estando presente na história da humanidade desde a Grécia Antiga. Oliveira (2002) aponta a existência de um médico romano do século V, Célio Aurelino, que considerava que a passividade e a identificação com o sexo oposto ligadas a um mesmo sujeito eram sinais de perturbação mental, mesmo não havendo prejuízo em suas faculdades mentais. Este médico considerava que essa “anomalia” era resultado de uma deformidade congênita ou de uma enfermidade herdada.

A partir da Idade Média e, depois, com o avanço da ciência na Modernidade, solidificou-se uma representação negativa da homossexualidade. Dessa forma, a Medicina psiquiátrica começou a qualificar o comportamento do sujeito cujo desejo sexual era direcionado a alguém do mesmo sexo como vício, perversão, tara, inversão, degeneração e patologia, entre outras.

De acordo com Torrão Filho (2000), foi Carl Westphal, um psiquiatra alemão, o primeiro cientista a dar ao estudo da homossexualidade um *status* científico, ao publicar o caso clínico de uma mulher homossexual, em 1869. Definindo a condição de sua paciente como tendo “sentimentos sexuais contrários”, ele concluiu que a anormalidade era congênita, em vez de adquirida. Westphal passa, então, a estudar mais de 200 casos desse tipo, desenvolvendo uma classificação da variedade de comportamentos associados à homossexualidade.

Na França, Charcot também concluiu que a homossexualidade era herdada, depois de falhar em curar pacientes através da hipnose. Para Moreau, colega de Charcot, a homossexualidade era resultado de uma “fraqueza constitucional” herdada e de “forças ambientais”. Um dos maiores estudiosos do desvio sexual nesse período foi Von Krafft-Ebing, cujo trabalho *Psychopathia Sexualis* teve enorme repercussão na época, pois apontou a homossexualidade como sendo derivada de fatores hereditários e adquiridos (BULLOUGH, 1974 apud SILVA, 2007).

César Lombroso, o criminologista italiano, argumentava, por sua vez, que, como representavam um estágio de desenvolvimento mais baixo do que o dos heterossexuais, os homossexuais não podiam ser responsabilizados pelo seu fracasso, não se justificando sua punição. No entanto, ainda segundo o criminologista, deveriam ficar restritos a asilos, devido ao perigo que representavam para a sociedade. Em 1860, Karl Heinrich Ulrichs, o médico alemão inventor do termo *uranismo*⁴, propôs uma interpretação congênita da homossexualidade, sendo um dos maiores defensores dos homossexuais. Para Ulrichs, os

genitais dos homossexuais se desenvolviam apropriadamente, mas o mesmo não ocorria com seu cérebro, o que fazia com que uma alma feminina pudesse habitar o corpo de um homem (TORRÃO FILHO, 2000).

São também interessantes as idéias de Havelock Ellis (1859-1939), que acreditava que a homossexualidade tinha um histórico familiar; que muitos *gays* e lésbicas teriam apresentado comportamentos típicos do sexo oposto ao seu, quando crianças; e que o desejo homossexual parecia surgir espontaneamente, sem ter sido ensinado, discutido ou observado pela criança. Em seu trabalho **Inversão Sexual**, Ellis tentava demonstrar que a homossexualidade era inata, o que o levou a defender a tolerância, razão pela qual foi proibido na Inglaterra (NAPHY, 2004).

Segundo ainda Naphy (2004), o médico alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935), grande defensor dos direitos homossexuais, também acreditava que a homossexualidade não era patológica, mas resultado de características inatas determinadas por secreções glandulares.

No século XX, a literatura médica adotou a hipótese de a homossexualidade ser determinada biologicamente, o que gerou uma série de tentativas cirúrgicas e hormonais que visavam a transformar homossexuais em heterossexuais (GREENBERG, 1988 apud SILVA, 2007).

A primeira tentativa de curar a homossexualidade com cirurgia foi realizada em 1917, por Steinach, que descreveu tal intervenção como hemi-castração de um homossexual masculino, realizada paralelamente a um transplante de tecido testicular de um doador heterossexual. A hipótese era que o transplante de um tecido testicular “saudável” de um heterossexual facilitaria a mudança de orientação sexual, o que possibilitaria, inclusive, a geração de filhos. O experimento foi um fracasso (SCHMIDT, 1984 apud SILVA, 2007).

4 Segundo Torrão Filho(2000), termo derivado da Vênus Urânia, citada no **Banquete** de Platão como patrona dos amores homossexuais.

Em 1962, na Alemanha, Roeder apresentou uma nova técnica cirúrgica, que provocava uma lesão no lado direito do cérebro do indivíduo homossexual, a qual também não obteve sucesso. A experiência com hormônios sexuais, por outro lado, partia da hipótese de que determinados indivíduos teriam interesses homossexuais porque não possuíam níveis apropriados de hormônios masculinos ou femininos. A técnica de aplicar hormônios masculinos em homens *gays* não fez com que eles mudassem sua orientação sexual; no

entanto, fez aumentar o desejo homossexual desses indivíduos (SCHMIDT; SCHORSCH, 1981 apud SILVA, 2007).

Segundo Torrão Filho (2000), há ainda muitos estudos examinando os fatores genéticos e biológicos relacionados com a homossexualidade, como os realizados pelo médico norte-americano Simon LeVay, que buscou encontrar o “gene *gay*” de determinações biológicas e de diferenças anatômicas e neurológicas, assim como pelo geneticista Dean Hamer, que defende a existência de um gene responsável pela característica homossexual.

Ainda em meados do século XX, a homossexualidade era pensada como doença mental e uma inversão anormal de papéis. A este respeito, afirma Oliveira (2002):

[...] para o discurso psiquiátrico do século XX, a homossexualidade sempre foi tida como uma inversão sexual isto é, uma anomalia psíquica, mental ou de natureza constitucional, um distúrbio da identidade ou da personalidade que podia chegar à psicose e que, não raro, conduzia ao suicídio. Mas, sobretudo, a inversão foi tida como uma inversão dos papéis e funções sexuais, do masculino para o feminino e vice-versa. (p. 42)

Na década de 1970, sob pressão dos movimentos de liberação homossexuais e depois de rever estudos e provas que revelavam que a homossexualidade não se enquadrava nos critérios utilizados na categorização de doenças mentais, a *American Psychiatric Association* (APA) retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais da quarta edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais – DSM-IV. Assim, não há mais o termo homossexualidade entre os Distúrbios Sexuais. Hoje, no DSM-IV encontra-se a classificação dos Distúrbios de Identidade de Gênero, que reúne as situações clínicas que envolvem sofrimento relacionado à orientação afetivo-sexual.

Mais recentemente, os esforços têm-se concentrado na investigação da influência de aspectos genéticos, hormonais (estudando-se hormônios ou feromônios), cerebrais (através da análise de determinadas regiões do cérebro), pré-natais, ecológicos (cujas hipóteses estão baseadas na Teoria Evolucionista), infecciosas (relacionada com a exposição a vírus ou bactérias) e imunes (HERCULANO-HOUZEL, 2006).

É neste cenário que a Organização Mundial de Saúde (OMS), em sua Décima Classificação Internacional de Doenças – CID-10 –, em 1993, incluiu o item Transtornos Psicológicos e de Comportamento Associados ao Desenvolvimento e Orientação Sexual. Nele, há um subitem nomeado Orientação Sexual Egodistônica (F66.1), considerando que a escolha homossexual de objeto só se constituiria como patologia à medida que determinasse sofrimento e desconforto pessoal ao indivíduo.

Nesse sentido, o Conselho Federal de Psicologia, em sua Resolução nº 001/99, estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, determinando que “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”, já que a homossexualidade não constitui doença, distúrbio nem perversão.

A hipótese corrente é que existiriam diversas formas de heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade, com diversas origens biológicas, que interagiriam com fatores ambientais distintos para determinar a orientação sexual do sujeito (SVENSSON, 2003 apud SILVA, 2007).

Segundo a revista eletrônica **NeuroPsicoNews**, a homossexualidade não é transtorno médico ou psiquiátrico, mas um aspecto da condição humana relativamente comum no mundo e através dos tempos, produto de fatores biológicos, psicológicos e sociais inter-relacionados, que dão origem à identidade pessoal e ao comportamento interpessoal.

Oliveira (2002) aponta que, desde a década de 1990, os avanços teóricos e práticos da psicologia e da psiquiatria contribuíram para que o interesse sobre a homossexualidade mudasse de foco. Segundo o autor, a preocupação com a origem da homossexualidade teria cedido lugar à busca de uma compreensão maior da experiência complexa e diversificada da homossexualidade. No entanto, não se pode deixar de registrar que as questões que envolvem a origem da homossexualidade estão na base de todos os discursos sobre essa prática amorosa, que ainda hoje inflige bastante sofrimento aos indivíduos que se relacionam com pessoas do mesmo sexo, tendo em vista as discriminações e preconceitos que enfrentam.

Silva (2007) ressalta que cada vez mais chama a atenção da comunidade científica a concepção de que a homossexualidade é uma condição relativamente estável, possivelmente inata e característica de uma minoria com gostos sexuais excludentes. Para a autora, apesar da ênfase dos estudos sobre os componentes biológicos da orientação sexual, grande parte dos pesquisadores postula que fatores ambientais também são fundamentais no desenvolvimento de uma orientação sexual específica, o que nos leva a abordar agora os aspectos socioculturais da gênese da sexualidade e, conseqüentemente, da homossexualidade.

2.2 A concepção sociocultural da homossexualidade

A abordagem sociocultural ressalta a importância dos contextos sociais e culturais na gênese do comportamento homossexual. Para melhor entendimento da questão faz-se necessário a apresentação do conceito de representação social, cuja teoria contribui para o entendimento da questão em foco.

Como afirma Arruda (2002), é através da Psicologia Social que a representação social ganha espaço para uma teorização, que primeiramente foi desenvolvida por Serge Moscovici e aprofundada por Denise Jodelet. Assim, abordando as representações sociais através de seu objeto de estudo – a relação indivíduo-sociedade –, a Psicologia Social traz à reflexão a maneira pela qual o sujeito social constrói seu conhecimento a partir de sua inserção na sociedade, e como esta também se constrói a partir das influências recebidas do sujeito social (p.128).

Verifica-se, assim, a relação dialética existente entre o indivíduo e o meio social em que ele se insere. Nessa relação, um influencia o outro na construção da sua própria realidade. Esta, por outro lado, está em constante reconstrução, pois, enquanto os indivíduos contribuem para a sociedade com novas formas de pensamento, uma nova realidade é também construída, repleta de novos valores, leis e morais, que vão influenciar outros indivíduos.

De acordo com Moscovici (1978), o agrupamento das partes que formam o todo não se dá de forma repentina; surgem novos fenômenos que não são fruto direto da associação dos elementos, existindo uma série de fatores intermediários para que o agrupamento aconteça. Sentimentos privados são unificados e transformados, e, nesta associação, a síntese é a obra do todo. A resultante ultrapassa o indivíduo e o todo ultrapassa a parte. Assim, a representação coletiva não pode ser reduzida a um conjunto de representações individuais.

As representações sociais são uma das formas de apreensão do mundo concreto. Jodelet (2002) deu grande contribuição para o aprofundamento da questão, ao postular que as representações sociais nos orientam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, na maneira de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva. Tais representações apóiam-se em valores variáveis, dependendo dos grupos sociais dos quais tiram suas significações, e baseiam-se em saberes anteriores, reavivados por uma situação social particular. Estes saberes são considerados fundamentais na elaboração representativa. Assim, representações estão ligadas tanto a um sistema de pensamentos mais amplos, ideológicos e culturais, a um estado de conhecimentos científicos, como também à condição social e à esfera privada e afetiva dos indivíduos.

Jodelet (2002) sintetiza dessa forma a representação social: “É uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p.22).

Com esses conceitos, pode-se compreender por que a representação da homossexualidade ocupa tão diferentes posições ao longo da História, desde a sua identificação como um pecado, até como uma anomalia hereditária.

Outro aspecto fundamental para a compreensão das questões socioculturais que envolvem a origem da homossexualidade é a noção de gênero.

Laqueur (2001), em seu livro intitulado **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**, aponta para o fato de que somente a partir do século XVIII passa a ser considerada a existência de um modelo de dois sexos, contrariamente à percepção herdada dos gregos de que haveria apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria pelo menos em duas possibilidades. No modelo antigo de um sexo, homem e mulher não seriam definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia, de dois corpos distintos, mas, apenas por um grau de perfeição. As diferenças seriam de grau, compondo uma hierarquia vertical entre os gêneros. Os órgãos reprodutivos seriam vistos como iguais em essência e reduzidos ao padrão masculino. Ou seja, ambos, homens e mulheres, seriam dotados de pênis e testículos; a única diferença é que na mulher esses órgãos não teriam sido externalizados. Haveria, então, um só corpo, para o qual se atribuem distintas marcas sociais.

Surge, então, o novo modelo, que enfatiza a existência de dois sexos distintos, instituindo uma diferença radical entre homens e mulheres. As diferenças biológicas passam a oferecer a base para que cientistas sociais pensassem sobre as supostas diferenças inatas entre homens e mulheres e a conseqüente necessidade de diferenciações sociais. Assim, a partir do final do século XVIII, passa a predominar o modelo da diferença sexual. A visão dominante, embora não universal, era a de haver dois sexos opostos biologicamente e que a vida política, social, econômica e cultural dos homens e das mulheres, seus papéis de gênero, seriam baseados nessa diferença (LAQUEUR, 2001).

A partir da década de 1970, quando surgiram os movimentos feminista e *gay*, os estudos sobre sexualidade foram intensificados pelos estudos sobre gênero, que enfatizam a relação dos papéis sociais, aprendidos e desempenhados por homens e mulheres em cada contexto social e cultural. Gênero é definido, portanto, como a construção social do ser

masculino e do ser feminino, com suas características e atitudes próprias, incluindo relações de poder e desigualdade sexual presentes ao longo da história das sociedades ocidentais.

Para Joan Scott (1990), uma das mais importantes teóricas sobre o uso da categoria gênero em História, a definição do termo possui duas vertentes principais: a primeira diz que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos”; a segunda, que “o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder” (p.14). A autora traz em seus estudos o gênero não apenas como a única articulação de poder, mas a primeira instância dentro da qual o poder se articula.

Segundo Louro (1996), o conceito de gênero começou a ser utilizado na década de 80, disputando espaço com os estudos sobre a mulher, à época tema de difícil aceitação no campo universitário. Na gênese do conceito está, portanto, o caráter militante do movimento feminista, mas ele sofre modificações a partir do momento em que a História, a Sociologia, a Antropologia e a Literatura entram no debate, suscitando discussões teóricas sobre o tema e também dando visibilidade ao feminino e, posteriormente, às especificidades da construção das masculinidades.

Dessa forma, o conceito de gênero veio contrapor-se ao de sexo, este último ligado às diferenças biológicas entre homem e mulher e o primeiro, à construção social e histórica das características e atitudes atribuídas a cada um deles em diferentes sociedades. Isto quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural. A abordagem de gênero possibilitou a discussão das relações de poder entre homens e mulheres e explicitou a construção da desigualdade entre eles na história das sociedades ocidentais.

Segundo Scott (1990 apud ARRUDA, 2002), a partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos, sendo o estudo de gênero, portanto, um meio de decodificar e compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana, assim como de dar um significado para os conceitos de homem e mulher. O conceito de gênero foi criado, assim, para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter basicamente social.

Conforme afirma Amussen (1985 apud TORRÃO FILHO, 2005, p. 138) o gênero dá significado às distinções entre os sexos, transformando “seres biologicamente machos e fêmeas em homens e mulheres, em seres sociais”.

Torrão Filho (2005) apresenta o pensamento de Woolf (1972, p. 291) a este respeito: “as mulheres não são obedientes, castas, perfumosas e caprichosamente enfeitadas já por

natureza. Só podem conseguir essas graças, sem as quais não lhes é dado desfrutar nenhuma das delícias da vida, mediante a mais enfadonha disciplina”.

Para Nolasco (1993), alguns comportamentos são definidos pela cultura como pertencentes a um ou outro sexo, os quais deveriam ser recalcados por homens e mulheres para estes serem reconhecidos como tais. Assim, a sociedade percebe o homem e a mulher sob uma visão estereotipada de representação social, culturalmente construída. Dessa forma, tempos atrás, características como prestígio, poder, atitude, determinação e sucesso profissional estavam associados ao masculino, assim como a identificação de necessidades afetivas estava relacionada ao feminino. Nesse sentido, não são das características sexuais em si, mas das idéias e valores que se têm sobre elas, ou seja, da maneira pela qual são representadas que surgem as representações sociais do masculino e do feminino, variando de acordo com o tempo e a sociedade em que estão inseridos. Portanto, não se pode ligar de forma uniforme sexo, práticas sexuais (e desejos) e identidades sexuais, pois existem várias culturas sexuais em que diversas práticas são relacionadas a sistemas significativos diferentes.

Corroborando essa tese, Heilborn (1996) considera que nenhum dos termos aplicados ao sujeito ou à sexualidade corresponde a realidades permanentes fora do contexto histórico em que são definidos. Assim sendo, a homossexualidade não é uma essência que possa ser apreendida através de métodos científicos, filosóficos ou analíticos. A idéia de homossexualidade é historicamente datada, pois depende da noção de sexualidade, que é igualmente moderna (FOUCAULT, 1999 apud SILVA, 2007).

Segundo Naphy (2004), no debate sobre a sexualidade existe uma dicotomia entre o essencialismo e o construtivismo. Para os construtivistas, expressões como homossexuais, bissexuais ou heterossexuais são apenas categorias criadas por culturas e sociedades. Seguindo esse pensamento, *gay* não é uma característica essencial da pessoa, mas um modo de definir e categorizar o indivíduo pelo seu comportamento. Assim, o homossexual se entende como tal porque vive numa sociedade que o classifica dessa maneira. O construtivismo sugere ainda que todo comportamento sexual segue uma linha de continuidade, podendo-se dizer apenas que a atração pelo sexo oposto tem sido mais comum ao longo da História.

Em contraposição ao construtivismo, o essencialismo sustenta que a sexualidade já está biologicamente circunscrita nos corpos, como parte da natureza humana (HEILBORN, 1996). O que há de comum nas diversas formas da abordagem essencialista é a convicção de que haveria algo inerente à natureza humana inscrita nos corpos – como instinto ou pulsão – que definiria os comportamentos e as práticas sexuais, mas as sociedades utilizariam vários rótulos

e reagiriam de diversas maneiras aos indivíduos homossexuais, bissexuais ou heterossexuais. Segundo Naphy (2004), o essencialismo sugere que, no que se refere à homossexualidade, não se trata somente de uma predisposição genética, mas de “algo fundamental para a identidade de um indivíduo, como a condição de judeu, que tem conotações étnicas/genéticas e religiosas/culturais” (p. 14).

Parker (2001) afirma que, em países da América Latina, os homens que praticam sexo passivo são identificados como homossexuais e os que praticam sexo ativo com outros homens não se auto-identificam como tal. Portanto, as noções de atividade e de passividade, segundo o autor, teriam maior vigência na cultura sexual latino-americana do que a escolha do sexo do parceiro como definidores da identidade sexual. Para ele, existem várias culturas sexuais nas sociedades ocidentais, definidas a partir de redes sexuais e sistemas significativos com possibilidades de interações desiguais, pois produzem relações de poder e de gênero.

Desse modo, as justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 1996).

Para Torrão Filho (2000), a diferenciação entre os sexos pressupõe a definição das características que formam a identidade do masculino e do feminino, o que aprisiona homens e mulheres em limites culturalmente formulados. É possível concluir, portanto, que o termo gênero está direcionado à questão de diferenças pretensamente naturais, em que os indivíduos deveriam simplesmente aceitar e internalizar padrões consolidados antes mesmo de fazerem quaisquer comparações reais.

Neste ponto, é oportuno mencionar a distinção que faz Stoller (1973) entre identidade de gênero e papel de gênero. Segundo o autor, papel de gênero inclui tudo o que uma pessoa diz ou faz para revelar-se a si própria como possuidora da condição de moça/rapaz, homem/mulher, o que inclui a sexualidade, mas não se restringe a ela. O papel de gênero não se estabelece no nascimento; é construído ao longo das experiências vividas. Já a identidade de gênero é dada à criança ao nascer, quando normalmente surge a exclamação “é uma menina”, “é um menino”, em concordância com a manifestação externa dos órgãos genitais do bebê. Esta é fundamentalmente a primeira visão das pessoas, atribuindo à criança uma identidade sexual, ou seja, a forma como o vêem os demais – família, amigos, colegas, vizinhos, enfim, a sociedade. Assim, ainda segundo Stoller (1973), a identidade de gênero é “constituída por todos os tipos de identificações, boas e más, começando com a mãe e acabando por incorporar grande parte dos objetos disponíveis numa cultura” (p. 168).

Zimerman (1999) lembra a importância dos trabalhos de Stoller para a atenção que hoje se dá não apenas ao sexo biológico, mas também ao gênero sexual que será formado a partir dos desejos inconscientes dos pais que vão alimentar suas expectativas em relação ao comportamento de seus filhos. A influência dos pais na determinação do gênero sexual das crianças, segundo Graña (1995 apud ZIMERMAN, 1999), é produto de alguns fatores, como nomes próprios ambíguos, roupas que provocam indefinição no contexto social da criança, tipos de brincadeiras e brinquedos, forma como são designados os genitais, tipos de esporte estimulados, idealização ou desvalorização de atributos masculinos ou femininos.

Freud, em seu texto **A moral sexual cultural e o nervosismo moderno** (1908), sustenta que a sexualidade normal é aquela exigida pela cultura, não havendo, portanto, normalidade sexual que não seja relativa a algum critério social, admitindo a influência da cultura na representação da sexualidade (BARBERO, 2005).

São notórios os efeitos condicionantes indiretos dos costumes e códigos sociais impostos pela cultura. De outra parte, esta varia conforme as diferentes épocas e geografias. Dessa forma, a cultura impõe grandes e decisivas mudanças na forma como surge e é encarada a homossexualidade. Daí por que tem especial importância o discurso dos pais e da religião acerca da sexualidade, pois é ele que vai forjar a representação da sexualidade como perigosa e/ou proibida. Isto se explica em função de a família estar inserida em um contexto sociofamiliar cujas influências são repassadas de pais para filhos (ZIMERMAN, 1999).

O autor chama ainda a atenção para a importância das identificações dos filhos com os pais diante dos discursos destes sobre a sexualidade, já que os padrões da sexualidade são criados e, não, inatos. É esse caráter transgeracional que possibilitará também a repetição dos conflitos dos pais em seus filhos, processo que pode perpetuar-se numa mesma família.

Verifica-se, assim, que os elementos social, psicológico e afetivo se consubstanciam no meio familiar e social, permitindo uma aquisição voluntária ou involuntária de determinada cultura sexual, claramente sustentada, de um lado, pelas leis da ontogênese e, de outro, pelas normas, regras e princípios existentes em determinada sociedade (heterossexual ou homossexual).

3 A CONCEPÇÃO PSICANALÍTICA DA HOMOSSEXUALIDADE

Como já foi apontado no capítulo anterior, é consenso na atualidade que a homossexualidade tem em sua origem diversos fatores, como os de natureza biológica, sociocultural e psicológica. Para a Psicanálise, como nos aponta Zimerman (1999), a homossexualidade, além de polissêmica, por permitir várias significações e sentidos, e polimorfa, por se apresentar de distintas formas, é polideterminada, tendo em vista que diversas causas concorrem para uma mesma manifestação clínica. Tendo já sido abordados os dois primeiros, neste último capítulo serão tratados os aspectos psíquicos, com ênfase na abordagem psicanalítica, sendo particularmente focalizada a teoria freudiana da sexualidade.

Freud dá grande contribuição para o entendimento da sexualidade humana e, conseqüentemente, da homossexualidade em seu texto **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905b), em que descreve a sexualidade infantil e seu desenvolvimento, apresentando importantes descobertas acerca da determinação sexual do indivíduo. Com base em seu trabalho psicanalítico com neuróticos adultos e na observação de crianças, Freud escandaliza a comunidade científica do fim do século XIX ao afirmar que a sexualidade humana está presente desde a infância e que seu objeto não é dado *a priori*, ou seja, não é resultante de uma designação biológica. Para Freud, o sujeito nasce com uma disposição bissexual e possui recursos que lhe permitem trilhar o caminho para a sua identificação sexual, que é construída a partir de suas relações objetais primárias, ou seja, na relação com seus pais/cuidadores (GARCIA, 2002).

3.1 A sexualidade infantil

Inicialmente, a criança experimenta uma fase em que o corpo é integralmente sentido como fonte de prazer. Progressivamente, outras partes do corpo vão-se mostrando mais eficazes nesse sentido, sendo elas as regiões buco-lingual, anal e a dos órgãos genitais, que, por sua vez, configurarão as fases de desenvolvimento da sexualidade, quais sejam, a oral, a anal e a genital (FREUD, 1905b).

Nesse primeiro instante, a criança vivencia um estágio auto-erótico, caracterizado pela desorganização das pulsões parciais, que buscam satisfação por meio do alívio das tensões em cada uma das zonas erógenas. É esse o sentido do conceito de sexualidade infantil. Nos primeiros quatro ou cinco anos de vida, a criança descobre que certas partes de seu corpo são, quando auto-estimuladas, fontes consideráveis de prazer, sempre à sua disposição, independentemente de objeto externo. Portanto, a sexualidade infantil é auto-erótica, pré-genital e não-objetal, já que não necessita de outro corpo nem objeto externo para gerar prazer; relaciona-se com o prazer, sem qualquer ligação com a reprodução; e não pressupõe nada externo ao próprio corpo para a sua realização. Freud mais tarde iria caracterizá-la como narcísica (OLIVEIRA, 2002).

O bebê passa por sua primeira experiência de satisfação quando mama para saciar a fome e ocorre a fusão mãe-bebê. A boca é erotizada em virtude da intensidade do prazer experimentado, ocorrendo uma experiência sexual. Segundo Freud (1917), “numa criança de

tenra idade, os primeiros impulsos da sexualidade têm seu aparecimento ligado a outras funções vitais”. Portanto, ao sugar o seio para se alimentar, o bebê descobre que isso lhe dá imenso prazer, o que ele passará a buscar a partir de então, mas dissociando-o da intenção de se alimentar. Assim, boca e lábios passam a ser zonas erógenas, pois são fonte de prazer sexual. Após a primeira experiência de satisfação, há a organização pré-genital, que recebe esse nome pelo fato de, nesse momento, não haver primazia dos genitais. Nesse período do desenvolvimento sexual infantil estão presentes três fases.

A primeira é a fase oral, iniciada pela já mencionada erotização da boca, quando a libido está organizada em torno da zona oral. O bebê leva à boca o que encontra à sua frente, pois é através dela que faz o reconhecimento do mundo. Tendo aprendido a sugar ao mamar no peito da mãe, o bebê pode também chupar o dedo ou chupeta. A criança passa a praticar a sucção em uma parte de seu próprio corpo, adquirindo independência do mundo externo para obtenção de prazer, estimulando assim, paralelamente, outra zona erógena, como seu dedo ou sua própria língua. Dessa forma se configura o auto-erotismo da sexualidade infantil, ou seja, a satisfação no próprio corpo (FREUD, 1905b).

A segunda fase da organização pré-genital é a anal, que ocorre no início do segundo ano de vida, quando a libido se desloca da zona oral para a anal. É o período em que a criança desenvolve o controle dos esfíncteres, o que é apontado por Freud (1905b) como uma possível representação do primeiro recalçamento das possibilidades de prazer. Nessa fase, o auto-erotismo é observável também através da relação que as crianças estabelecem com a urina e as fezes. Elas conseguem fazer do ato de excreção uma fonte de prazer.

A este respeito Freud (1905b) afirma:

As crianças que tiram proveito da estimulabilidade erógena da zona anal denunciam-se por reterem as fezes até que sua acumulação provoca violentas contrações musculares e, na passagem pelo ânus, pode exercer uma estimulação intensa na mucosa. Com isso, hão de produzir-se sensações de volúpia ao lado das sensações dolorosas (p. 175).

A criança só consegue renunciar a essa fonte de prazer em nome do reconhecimento social, ou seja, quando é estimulada a defecar ou urinar no lugar adequado ou quando o fato de o fazer em horas indevidas é considerado vergonhoso. No início, sua atitude para com as fezes não é de vergonha ou nojo. Ao contrário, as fezes são compreendidas como uma produção sua, que ela pode oferecer ou negar ao mundo, adquirindo, assim, um caráter simbólico. A retenção das fezes, tão comum na infância, e os rituais escatológicos de alguns adultos são citados por

Freud para ilustrar a importância dessa zona erógena. Nesse período, inicia-se também a internalização do proibido para a criança. Há uma autonomia maior, e a ligação afetiva é primordialmente dirigida para o pai. A organização da sexualidade tem início nessa fase pré-genital, que é estruturada na dicotomia passivo-ativo (FREUD, 1905b).

A terceira e última fase da sexualidade infantil é a fase fálica, que Freud (1940) considera como precursora da vida sexual adulta. Nela se inicia “uma organização que subordina os outros impulsos à primazia dos órgãos genitais”, pois tal organização só se conclui na puberdade. Na fase fálica se completa a formação do superego, iniciada na fase anal. Surge o interesse pelas diferenças sexuais entre meninos e meninas, e a masturbação torna-se freqüente. Nesse período, as crianças distinguem menino de menina pela presença ou ausência do pênis. Há a fantasia de que o clitóris é um pequeno pênis que ainda crescerá. Com o passar do tempo, as crianças percebem que esse pênis não se desenvolve, e a mulher passa a assumir a condição de castrada. A antítese dessa fase já não é mais passivo ou ativo, mas, sim, masculino ou não masculino, pois o feminino não existe; o que existe é o castrado ou não-castrado. É nesse momento que Freud teoriza sobre a inveja que as mulheres têm do pênis, pois se sentem inferiores por não possuírem o “falo”. Nesse período ocorre a integração de relacionamento entre a criança, o pai e a mãe, em que uma relação não exclui a outra, como nas fases anteriores. Haverá o triângulo de relacionamento pai-mãe-filho. Na fase fálica, a libido, por estar direcionada aos genitais, gera uma necessidade de descarga do acúmulo da tensão. É quando surge a necessidade de busca do objeto, que permitirá a obtenção do prazer (FREUD, 1923).

A escolha de objeto se dá em dois momentos: o primeiro é marcado por alvos sexuais de natureza infantil, quando a criança está entre os 2 e 5 anos de idade; o segundo acontece na puberdade, permanecendo na vida adulta. Entre esses dois momentos está o período de latência, caracterizado pelo recalçamento e responsável por uma cultura superior.

O período de latência ocorre entre o sexto e o oitavo ano de vida, quando a libido é temporariamente deslocada de seus objetivos sexuais. Freud (1917) expressa assim esse momento: “A maior parte das experiências e dos impulsos mentais anteriores ao início do período de latência agora sucumbe à amnésia infantil”.

Na puberdade, em que está inserida a quarta fase, a genital, a organização das pulsões parciais, que se iniciou na fase fálica, é concluída, passando as zonas erógenas a se subordinarem à primazia genital, culminando na sexualidade adulta (FREUD, 1940). Assim, a pulsão sexual, que era principalmente auto-erótica, busca o objeto sexual a serviço da função

reprodutora. Tais transformações acontecem concomitantemente às mudanças físicas da puberdade, em especial as alterações dos genitais, que proporcionam o prazer na atividade sexual, atingindo uma diferenciação cada vez maior, já que os dois sexos terão funções distintas (FREUD, 1905b).

Segundo Oliveira (2002), a maturação da sexualidade infantil é resultado de uma renúncia às satisfações experienciadas na ausência de objeto, para atingir “uma experiência de prazer cujo objeto seja alguém do sexo oposto e cujo objetivo seja a união dos órgãos genitais masculino e feminino” (p. 76).

Cabe aqui registrar que Freud levanta a questão do que seria masculino e feminino, tendo em vista a complexidade de tais conceitos, e acaba por privilegiar a noção de passividade e atividade. A partir daí afirma que a libido é masculina, já que a pulsão é sempre ativa.

Partindo, portanto, da teoria sexual infantil, que atribui um pênis a todos os seres humanos, Freud explica a diferença anatômica dos sexos a partir do complexo de castração, que será agora abordado.

3.2 O Complexo de Castração

Descrito pela primeira vez em 1908, o complexo de castração está assim definido no Vocabulário da Psicanálise:

Complexo centrado na fantasia de castração, que proporciona uma resposta ao enigma que a diferença anatômica dos sexos (presença ou ausência de pênis) coloca para a criança. Essa diferença é atribuída à amputação do pênis na menina. A estrutura e os efeitos do complexo de castração são diferentes no menino e na menina. O menino teme a castração como realização de uma ameaça paterna em resposta às suas atividades sexuais, surgindo daí uma intensa angústia de castração. Na menina, a ausência do pênis é sentida como um dano sofrido que ela procura negar, compensar ou reparar [...] (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 73).

Em 1923, ao conceituar a fase fálica, Freud apontou a castração como o marco para psicogênese da sexualidade humana. Em 1925, no texto intitulado **Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos**, o autor aponta que a diferença entre os sexos não se dá pela distinção anatômica, mas pela posição do sujeito frente à castração, posto

que esta vai influenciar na composição da identidade sexual, cujo reconhecimento vai permitir que o sujeito finalize sua conexão edípica com os pais e saia em busca de seus novos objetos de desejo.

Freud (1933) relata na Conferência XXXIII sobre a **Feminilidade** que nas meninas o complexo de castração se inicia ao perceberem a diferença entre os seus genitais e os do outro sexo, sentindo-se então injustiçadas por não terem órgão tão valorizado e, por conseguinte, tornando-se vítimas da inveja do pênis. E esta será superada não sem intenso gasto de energia psíquica. Nos meninos, o complexo de castração surge ao verificarem a ausência do pênis nas meninas, suscitando nestes o temor da castração, que será fundamental no seu desenvolvimento.

Para meninos e meninas os efeitos do complexo de castração são diferentes. Como afirma ainda Freud (1933), a mulher, ao reconhecer a castração e a superioridade do homem, admite sua inferioridade e se rebela. Daí pode seguir três caminhos: abandonar sua atividade fálica e sua sexualidade; vincular-se à sua masculinidade ameaçada e manter a esperança de vir a ter um pênis; e adotar o pai como objeto de amor e ingressar no complexo de Édipo positivo e na feminilidade. Neste caso, renuncia ao desejo de ter um pênis e, por compensação, deseja dar um filho ao pai. Progressivamente, esse desejo se tornará conteúdo inconsciente e possibilitará que ela invista amorosamente num substituto paterno. No menino, a ameaça de castração incita-o a abandonar a situação edípica, em que ele deseja a mãe e pretende eliminar o pai, por ser este seu rival. Com a ameaça de perder o pênis, que gera a angústia de castração, o menino é levado a se identificar com o pai, a fim de ser também objeto de desejo da mãe, o falo. Portanto, se no caso do menino o complexo de castração leva à superação do Complexo de Édipo, em relação à menina, o complexo de castração prepara para o complexo de Édipo, pois a menina é forçada a se afastar da mãe pela influência de sua inveja do pênis, refugiando-se na situação edípica (FREUD, 1933).

Laplanche e Pontalis (2004) afirmam que o complexo de castração é reconhecido pela extensão de seus efeitos clínicos: inveja do pênis, tabu da virgindade e sentimento de inferioridade, enquanto “as suas modalidades são descobertas no conjunto das estruturas psicopatológicas, em particular nas perversões (homossexualidade, fetichismo)” (p. 73).

Como se pôde verificar, o complexo de castração está intimamente ligado ao complexo de Édipo, mais especificamente à sua função interditória e normativa, o qual será agora abordado, tendo em vista sua natureza estruturante da subjetividade humana, já que

desempenha importante papel na construção da personalidade e na orientação do desejo humano.

3.3 O Complexo de Édipo

Segundo afirmam Laplanche e Pontalis (2004), o Complexo de Édipo é descoberto por Freud no decorrer de sua auto-análise, quando reconhece o amor que sente pela mãe e o ciúme conflitivo em relação ao pai, em função do afeto que lhe dedica. Assim, logo postula a universalidade do Édipo, afirmando que “a todo ser humano é imposta a tarefa de dominar o Complexo de Édipo [...]” (p. 77).

A interpretação do Mito de Édipo por Freud é baseada na peça Édipo-Rei, de Sófocles, e retrata a materialização de fantasias incestuosas caracterizadas pela vontade de matar o pai e pelo desejo de possuir a mãe. Defendeu o autor que a forma como se dava o ingresso e a resolução do Édipo estabeleceria uma triangulação que deixaria marcas na estruturação e no desenvolvimento psíquico do indivíduo.

O Vocabulário da Psicanálise assim o define:

Conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais. Sob a sua forma dita positiva, o complexo apresenta-se como na história de Édipo-Rei: desejo da morte do rival que é a personagem do mesmo sexo e desejo sexual pela personagem do sexo oposto. Sob sua forma negativa, apresenta-se de modo inverso: amor pelo progenitor do mesmo sexo e ódio ciumento ao progenitor do sexo oposto. Na realidade, essas duas formas encontram-se em graus diversos na chamada forma completa do complexo de Édipo. (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004, p. 77)

Inicialmente, Freud defendia que durante a fase do complexo de Édipo normal, a criança ficava ligada ao genitor do sexo oposto, sendo seu relacionamento com o do seu próprio sexo predominantemente hostil. Em seu texto **Sexualidade Feminina**, Freud (1931) amplia o conteúdo do complexo de Édipo, incluindo as relações da criança com ambos os genitores, ao afirmar que “[...]a mulher só atinge a normal situação edípica positiva depois de ter superado um período anterior, que é governado pelo complexo negativo”. Assim, o autor passou a conceder maior atenção à existência de um período pré-edípico, no qual a mãe seria o primeiro objeto amoroso tanto da menina como do menino.

Desse ponto de vista, o caminho para a feminilidade seria mais complexo do que o que seria trilhado rumo ao masculino. O fato de a mãe ser o primeiro objeto de amor da menina

supõe a existência de uma relação homoerótica, o que não ocorre com o menino, cuja ligação com a mãe é de heterossexualidade. Partindo desse pressuposto, a menina renunciaria ao amor materno para que pudesse, futuramente, ter o falo paterno, por meio de um filho. O menino substituiria o amor à mãe pelo de outra mulher, eleita como seu novo objeto (FREUD, 1931).

No processo edipiano masculino, o pai entra na relação mãe-filho como figura repressora, representante da lei, interditor do incesto, que deve ser combatido no plano da fantasia. Ele se torna uma figura ambivalente para o filho, pois, sendo uma imagem de amor e modelo, passa a ser também seu pior rival. Os comportamentos de combate do filho são observáveis, como o ciúme excessivo da mãe quando o pai se aproxima ou com a expressão do desejo de casar-se com ela. O embate é simultaneamente realizado no plano da fantasia: a criança percebe-se mais fraca que o pai, e seu medo é dirigido para o pênis, que é o ponto de origem do desejo pela mãe. A castração seria o ataque que impediria a consecução de seus desejos. O temor da castração é o temor da perda do que o órgão fálico representa: poder, atividade, conquista.

Freud (1924) assim se manifesta:

Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais.

Para enfrentar esse temor crescente, o menino desenvolve mecanismos de defesa, como a identificação, em que se identifica com o pai para obter as mesmas chances com a mãe e não precisar temê-lo, o que será fundamental para aquisição de sua identidade masculina. No entanto, com essa medida, o desejo pela mãe é mantido, o que mantém o conflito. O menino, então, desenvolve outra defesa: a repressão do sentimento de amor sexual pela mãe. E a energia presente na atração sexual pela mãe precisa encontrar um escape, o que é atingido com outro mecanismo, o da sublimação, período em que a energia sexual é canalizada para outras atividades: o desenvolvimento intelectual e a vida social da criança.

Assim, sob a ameaça da castração, ou seja, sentindo a angústia de castração, o menino precisa escolher entre realizar o amor incestuoso que sente pela mãe e proteger o próprio pênis. As pulsões de autoconservação vencem as pulsões sexuais. E o menino, agora aliviado, pode abrir-se a outros objetos de amor, agora legítimos e dentro de suas possibilidades reais. Fica, assim, consumado o Complexo de Édipo masculino (NASIO, 2007).

Como informa Gay (2005), apesar de a sexualidade infantil ter sido estudada inicialmente a partir do sexo masculino, mostrou-se insustentável o paralelismo entre meninos e meninas. Enquanto bastaria ao menino abdicar do amor à mãe para encontrar seu novo objeto em outra mulher, para a menina o processo é mais complexo, tendo em vista que esta precisa mudar tanto em relação ao seu objeto sexual como em relação à sua zona erógena. Desse modo, a menina renunciaria ao amor materno ao substituí-lo pelo paterno para, no futuro, trocá-lo pelo amor de um homem, assim como transferiria sua zona erógena da região clitoridiana para a vagina.

Sobre a questão, Freud (1925) afirma:

O primeiro objeto sexual de uma menina em tenra idade (do mesmo modo que o de um menino) é a mãe, e antes que uma mulher possa alcançar o fim de seu desenvolvimento normal tem de modificar não somente seu objetivo sexual como também sua principal zona genital. Dessa circunstância surgem dificuldades e possibilidade de inibição que não se acham presentes no caso do homem (p. 41).

O processo edipiano feminino, segundo o autor, inicia-se também na vivência da relação falo-castração, devido à crença de que o clitóris também é fálico, pois ainda crescerá. Quando a menina percebe que isso não acontece, passa a buscar a conquista desse órgão valorizado, e então dirige sua afetividade para o representante fálico da família: seu pai. Portanto, a grande diferença no processo edipiano da menina e do menino, como já mencionado, é que a menina entra no Édipo por perceber-se castrada, enquanto o menino sai do Édipo pelo medo da castração (FREUD, 1933).

A menina percebe o vínculo existente entre pai e mãe, e para conquistá-lo passa a se identificar com a mãe. Tenta imitá-la para atrair o pai, introjetando os valores femininos. Freud (1933) indica em seus escritos que faltam elementos confirmadores da teoria edipiana feminina, e por não possuir momentos críticos para sua solução, como o temor de castração para o menino, o Édipo feminino se estende pelo período de latência. Freud (1924) esclarece que a menina sente-se ameaçada com a perda de amor, caso não renuncie ao pai. Acrescenta ainda que a menina só tolera a renúncia ao pênis com a tentativa de ser compensada com um bebê como presente do pai: assim, ela manterá o desejo de ter um filho do pai. O complexo de Édipo será então abandonado gradativamente, uma vez que esse desejo jamais se realiza. Os desejos de ter um pênis e possuir um filho permanecerão no inconsciente feminino.

Segundo Nasio (2007), a organização da sexualidade feminina é gradual, processo durante o qual ocorre a lenta dessexualização da relação edipiana com o pai e, paralelamente, a assunção da sua identidade feminina. A jovem descobre a erotização da vagina, através da

transferência da zona erógena do clitóris para a vagina, abandonando, portanto, a postura fálica inicial, assim como descobre o útero e o desejo de ter um filho do homem amado.

O complexo de Édipo marca um ponto de elaboração definitiva das disposições essenciais dos seres humanos. Está intimamente ligado à castração, que lhe dá o estatuto típico não só psicológico, de complexo, mas também de introdução na lei simbólica edípica (MARTINS, 2002).

3.4 O Narcisismo

Segundo Zimerman (1999), os fatores psicológicos determinantes do comportamento homossexual podem ser apontados a partir de duas vertentes: a edípica e a narcísica. Tendo sido já mencionada o papel do complexo de Édipo na escolha objetal, faz-se oportuno tentar compreender as raízes narcísicas de tal escolha.

Freud utiliza pela primeira vez o termo narcisismo em 1910 ao dar a explicação para a escolha de objeto nos homossexuais, que, segundo o autor, tomam a si mesmos como objeto sexual e, partindo do narcisismo, procuram jovens que com eles se pareçam, a fim de que possam amá-los como suas próprias mães os amaram.

Segundo Laplanche e Pontalis (2004), tendo como referência o mito grego de Narciso, o termo narcisismo significa o amor pela imagem de si mesmo. Dessa perspectiva, Freud (1911) propõe, no **Caso Schreber**, o narcisismo como uma fase do desenvolvimento sexual entre o auto-erotismo e o amor de objeto, na qual o indivíduo começaria a tomar a si mesmo como objeto de amor, possibilitando a unificação das pulsões sexuais.

Foi somente no texto **Sobre o narcisismo: uma introdução** (1914) que o autor introduziu o conceito de narcisismo na teoria psicanalítica, levando em conta os investimentos libidinais. Referindo-se a uma espécie de princípio de conservação de energia libidinal, Freud estabelece um equilíbrio entre a “libido do ego” e a “libido objetal”, dizendo que quanto maior o investimento no objeto, mais se dá a retirada da libido sobre o sujeito, e vice-versa (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004).

Na análise com pacientes neuróticos, Freud (1914) verificou que o componente narcísico não estava restrito à perversão e às patologias ditas narcísicas. Tratava-se de algo preexistente, ou seja, um componente inerente ao desenvolvimento libidinal, um

complemento da pulsão de autopreservação e que, de certa forma, pode ser atribuído a toda criatura viva.

Antes do momento estrutural do narcisismo, predominava a sexualidade infantil, caracterizada pela parcialidade no funcionamento das zonas erógenas. Desse estado anárquico, em que as pulsões sexuais se satisfaziam de forma desorganizada, independentes umas das outras, o qual constitui a fase do auto-erotismo, surge um primeiro movimento de organização pulsional, o narcisismo, em que o ego é tomado como objeto de amor, em torno de uma imagem integrada, coincidindo com o surgimento do ego como unidade psíquica e de representação de corpo (FREUD, 1914).

Segundo Laplanche e Pontalis (2004), este primeiro narcisismo, acima descrito, em que a criança toma a si mesma como objeto de amor, é o chamado por Freud de narcisismo primário, que se refere a uma posição viabilizada pelo desejo e pelo ideal dos pais, sendo uma marca de investimento de que o sujeito irá ocupar-se. Essa herança do desejo parental é constitutiva do sujeito e formadora do eu, pois o narcisismo é uma operação que se organiza em torno dele e possibilita a primeira unificação das pulsões sexuais em torno do eu.

É nesse período que entram em campo as qualidades, os valores: bondade e maldade, inteligência e mediocridade, valentia e covardia, melhor e pior, homem e mulher, etc. E quem mostra à criança que ela tem qualidades é a perspectiva de um outro, especialmente dos pais. O narcisismo primitivo tem a ver com esse momento em que são instauradas no sujeito, através do olhar de terceiros, essas características que o definem para os outros e para si mesmo. Portanto, para que o narcisismo se instaure é necessário investimento externo; na relação primária estabelecida com a figura materna deve haver um investimento pulsional nas zonas parciais, no corpo erógeno, mas também o investimento narcísico, em direção ao eu da criança. A rigor, ambos os investimentos devem coincidir: o eu do bebê e o seu corpo erógeno sendo simultaneamente investidos pelos pais (ARAÚJO, 2002).

Por meio desse investimento externo sobre o psiquismo é instaurado, no narcisismo primário, um estado precoce em que a criança investe toda sua libido em si mesma. Na melhor das hipóteses, portanto, constitui-se um campo da ilusão narcísica: a criança vai passar a ser alimentada por uma imagem integrada e de perfeição, assim como vai poder, a partir daí, definir-se, identificar-se e reconhecer-se (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004).

Freud define essa imagem perfeita, de completude de si mesmo como ‘eu ideal’ – posteriormente, foi feita por outros teóricos uma distinção entre ‘eu ideal’ e ‘ideal do eu’. À

medida que se constitui, essa imagem de si mesmo vai ser cultivada e defendida como uma necessidade de satisfação narcísica, que se transformará numa demanda: ser objeto do amor de um outro. Posteriormente, o 'ego ideal' se constitui como uma referência perene no psiquismo, um modelo ao qual o eu sempre buscará 'retornar': uma posição que abrigava a perfeição narcísica e na qual se instala a ilusão de ter sido amado e admirado sem restrições, ou seja, um estado ideal (ARAÚJO, 2002).

Esse momento narcísico primordial, caracterizado pela falta de uma relação de objeto, é o tempo da identificação primária, quando sujeito e objeto estão fusionados, indiscriminados. A catexia que o id emite em direção ao objeto é, ao mesmo tempo, uma relação de identificação, visto que o eu está com aquele numa relação de fusão, insuficientemente diferenciado. Apenas depois da constituição do eu, de uma imagem de si mesmo, após ter havido a identificação primária, é possível pensar numa relação com objetos e na escolha objetual. Dessa forma, com a constituição do eu e a renúncia libidinal ao objeto no Édipo, o id poderá reenviar catexias a esse novo objeto: o eu (FREUD, 1914).

O abalo dessa imagem narcísica e da ilusão que se cria em torno dela será produzido pelo complexo de Édipo. Nesse momento, o sujeito resistirá em ficar excluído do centro das atenções e do amor do casal parental. Diante dessas frustrações narcísicas, o indivíduo terá de encontrar outras formas para satisfazer tais 'necessidades'.

O narcisismo secundário é um estado de regressão, quando há retorno ao ego da libido retirada dos seus investimentos objetuais. Mas, para Freud, esse estado não se restringe a essa significação; trata-se também de uma estrutura permanente no sujeito. No plano econômico, será sempre solicitado um equilíbrio entre investimento narcísico e objetual – através do ideal do eu. No plano tópico, o ideal de eu é uma formação que jamais será abandonada. A satisfação pulsional passará a se dar também através do eu e, portanto, ligada à imagem integrada de um corpo (LAPLANCHE; PONTALIS, 2004).

Para Costa (1986), somente depois de viver a experiência de apreensão dessa imagem desejada pelo outro, o sujeito deverá constituir-se. O narcisismo, portanto, surge e permanece dirigido por aquilo que no corpo ou no psiquismo é percebido como objeto de desejo do Outro.

Portanto, o narcisismo do indivíduo surge direcionado a esse novo ego ideal, que está repleto de toda perfeição. Renunciar à perfeição narcisista da infância não é tarefa fácil. Ao crescer, o sujeito, se tomado pelo despertar de seu próprio julgamento crítico, de modo a não

mais poder reter aquela perfeição, procura recuperá-la sob a forma de um ideal de ego. O que ele projeta diante de si como sendo seu ideal é o substituto do narcisismo perdido de sua infância, na qual ele era o seu próprio ideal (FREUD, 1914).

Como exposto anteriormente, Freud (1910) utiliza pela primeira vez o termo narcisismo para explicar a escolha de objeto nos homossexuais. Segundo o autor, a escolha objetal deriva das primeiras experiências de satisfação infantis, em que as pulsões sexuais estão ligadas às satisfações das pulsões do ego, as quais só depois se tornam independentes.

Com base neste pressuposto, no texto **Sobre o narcisismo: uma introdução** (1914), Freud estabelece dois tipos de escolha objetal: a anaclítica e a narcísica. Na primeira, também chamada escolha de ligação, ama-se segundo o modelo de amor recebido na relação com as figuras parentais, que são aqueles que alimentam e protegem; as pessoas escolhidas como objeto pela libido são aquelas que se tornaram valiosas por terem satisfeito as outras necessidades vitais. O amor objetal completo do tipo anaclítico, segundo o autor, é o modo de amar tipicamente masculino, embora afirme que também possa ser encontrado em algumas mulheres. Dele decorre a supervalorização sexual do objeto, que nos casos de apaixonamento atinge seu mais alto grau. Nesses casos, o sujeito abre mão do seu próprio narcisismo, havendo um empobrecimento da libido dirigida ao ego, em favor do objeto amoroso. Este é idealizado pelo sujeito, sendo-lhe atribuída uma perfeição que se equivale ao ego ideal. O amado toma o lugar do ego ideal, quando se restabelece uma situação narcísica essencialmente primitiva, em que o eu era modelo da perfeição. No entanto, desta vez quem ocupa esse lugar é o outro idealizado.

A escolha objetal narcísica, conforme nos dizem Laplanche e Pontalis (2004), é a que se faz com base no modelo da relação do sujeito com sua própria pessoa e na qual o objeto representa a própria pessoa. É com base nesse modelo original que os homossexuais, segundo Freud, fizeram suas escolhas objetais posteriores; apoiaram-se, não na relação com suas mães, mas na relação com seus próprios eus, procurando a si mesmos como objeto amoroso.

A significação da escolha objetal narcísica para a homossexualidade deve ser considerada ainda em relação a outro aspecto. Em **Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância** (1910), Freud escreve que uma intensa ligação libidinal com a mãe, na primeira infância, foi reprimida por não poder continuar a se manter conscientemente. Impossibilitado de abrir mão dessa intensa ligação, o menino identifica-se com a mãe e toma a si mesmo como modelo para os objetos sexuais. Assim, pode abandoná-la enquanto objeto libidinal e,

ao mesmo tempo, manter-se fiel ao seu amor. Ama da maneira que a mãe o amava e segundo o modelo narcísico. Freud (1910) assim se expressa a respeito do tema:

O menino reprime seu amor pela mãe; coloca-se em seu lugar, identifica-se com ela e toma a si próprio como um modelo a que devem assemelhar-se os novos objetos de seu amor. Desse modo ele transformou-se num homossexual. O que de fato aconteceu foi um retorno ao auto-erotismo, pois os meninos que ele agora ama à medida que cresce são, apenas figuras substitutivas e lembranças de si próprio durante sua infância – meninos que ele ama da maneira que sua mãe o amava quando era ele uma criança. Encontram seus objetos de amor segundo o modelo do narcisismo, pois Narciso, segundo a lenda grega, era um jovem que preferia sua própria imagem a qualquer outra, e foi transformado na bela flor do mesmo nome. (p.92)

É, pois, com a noção da identificação narcísica como destino de subjetivação que Freud procura esclarecer uma das formas da identidade homossexual.

Em seu trabalho **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**, Freud (1920) entendeu que a adoração de uma jovem por uma “dama da sociedade” ocultava uma identificação com seu pai, que se baseava em uma decepção por não ter tido um filho do pai. Assim, ela “converteu-se em homem e tomou sua mãe como objeto de seu amor em lugar de seu pai” (p.199). Tal identificação, apesar de descrita num contexto edípico, é processada regressivamente, numa espécie de “regressão ao narcisismo”.

Apesar de Freud ter relatado outros componentes determinantes da homossexualidade, fica evidenciado o importante papel que o autor outorga ao elemento narcísico na constituição do homoerotismo.

3.5 Perversão, normalidade e doença

Antes de Freud, Kraft-Ebbing e Havelock Ellis já haviam feito estudos sobre perversões, mas apenas enfocando seus aspectos clínicos e sempre do ponto de vista moralista e pejorativo. E, embora tenha feito referência ao tema na correspondência com Fliess em 1896, é a partir de seu texto clássico de 1905, **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, que Freud faz estudo sistemático sobre as perversões sexuais (ZIMERMAN, 1999).

No referido texto, Freud (1905b) situa as perversões em suas variedades e origens, introduzindo os conceitos de objeto e objetivo, que derivaram da descrição da heterossexualidade normal. Foi, assim, feita a distinção entre objeto sexual e objetivo sexual.

Objeto sexual seria a pessoa de quem provém a atração sexual e objetivo sexual, a ação para qual a pulsão impele. A partir daí caracterizou desvios quanto ao objeto e quanto ao objetivo sexuais.

Como afirma Oliveira (2002), sendo a heterossexualidade normal referência para a definição do objeto sexual, no caso uma pessoa do sexo oposto, e do objetivo sexual, como a união dos genitais no coito, bastaria variarem o objetivo e o objeto sexuais para se ter toda a variedade de perversões.

Quanto ao objeto, Freud (1905b) considerou como desviante o comportamento dos invertidos (pessoas cujo objeto sexual são outras do mesmo sexo, e não do sexo oposto) e das pessoas cujo objeto sexual escolhido são as crianças e os animais. Deve-se ressaltar, no entanto, que embora tenha classificado esses atos como aberrações sexuais, o autor destacou que tais pessoas, freqüentemente, apresentavam total normalidade quanto a outros aspectos, creditando tais comportamentos às circunstâncias. Estes eram os casos da pedofilia dos professores primários e da zoofilia dos pastores, por exemplo.

Em relação ao objetivo sexual, Freud considerou as perversões de dois tipos: as atividades sexuais caracterizadas por transgressões anatômicas ou por fixações de objetivos sexuais provisórios. As transgressões anatômicas referem-se à utilização, para atingir o orgasmo, de partes do corpo que não os órgãos genitais, como a boca ou o ânus, ou de outras partes que nada têm de cavidades, o que levou à noção de fetichismo.

[...] o equivalente do objeto sexual é, geralmente, uma parte do corpo pouco apropriada a um objetivo sexual (os cabelos, os pés), ou um objeto inanimado que toca de perto o objeto amado e, de preferência seu sexo (partes de suas roupas, suas roupas íntimas). (FREUD, 1905b, p. 143)

A fixação de objetivos sexuais provisórios relaciona-se com a preferência por atos que fazem parte do prazer preliminar, a ponto de se tornarem a condição para o orgasmo. Este é o caso da escopofilia, do masoquismo e do sadismo, por exemplo, em que a agressividade que caracteriza este último, considerada por Freud um elemento da sexualidade normal, é supervalorizada e transformada no essencial da relação sexual.

Assim, Freud (1905b) afirma que várias anomalias do objetivo sexual extraem seu aspecto patológico não do comportamento em si, mas do fato de este se tornar o único meio de atingir o orgasmo. Desse modo, as perversões “deixaram de ser estranhas à sexualidade normal, mas apenas sob a condição de serem reconhecidas como fragmentos dessa mesma sexualidade e, portanto, parecerem menos do que ela” (OLIVEIRA, 2002, p.83).

Laplanche e Pontalis (2004) sustentam que a perversão no adulto “surge como a persistência ou o reaparecimento de um componente parcial da sexualidade” (p. 342). Ou seja, a perversão seria uma regressão a um ponto de fixação anterior da libido, localizado na infância. Ferraz (2000) resume a perversão como “a manutenção da sexualidade infantil perverso-polimorfa na vida adulta” (p.27).

Verifica-se, pois, que, como a passagem para a sexualidade adulta normal implica a renúncia à sexualidade infantil, as perversões do adulto aparecem como resultado de uma falha nessa evolução. Ao invés de renunciar ao prazer dado pela sexualidade infantil para atingir o prazer da sexualidade adulta, o sujeito não renuncia a nada e privilegia determinado aspecto de sua sexualidade infantil, que se transforma no objetivo preferido de sua sexualidade na maturidade (OLIVEIRA, 2002).

Portanto, o processo de desenvolvimento da estrutura perversa se instala a partir da primeira infância, seguida por um período de latência, que é o mesmo descrito por Freud (1905b) nas fases do desenvolvimento sexual infantil, onde permanece latente durante esse tempo, para se manifestar na puberdade. Tal processo ocorre mediante a repetição de um primeiro trauma esquecido e oriundo da primeira infância, que se repete, agora, sob a forma de um segundo trauma. O que possibilita esse desencadeamento do primeiro para o segundo trauma são as pressões educativas infligidas aos jovens no período da puberdade, que acabam suscitando recordações das antigas ameaças de castração vivenciadas no período de sua infância.

A evolução das idéias de Freud a respeito da perversão pode ser iniciada pelo texto **Fragmento da análise de um caso de histeria** – o caso Dora (1905a), em que o autor considera as perversões, não como bestialidades ou degenerações, mas como decorrentes de uma inibição do desenvolvimento. É quando surge a idéia de que as neuroses seriam o negativo das perversões, ao comparar a evolução das perversões com a das neuroses. Enquanto o caminho para as perversões é trilhado quando o sujeito não recalca suficientemente as tendências para a satisfação das necessidades eróticas parciais da sexualidade infantil, a passagem para as psiconeuroses se dá em virtude de tais tendências serem excessivamente recalçadas e insatisfeitas, reaparecendo sob a forma de sintomas neuróticos. Ainda neste texto aparece a homossexualidade, em homens e mulheres, como parte da disposição perversa polimorfa infantil e como perversão somente porque desviada da função reprodutora (COSTA, 1995 apud BARBERO, 2005).

Como lembra Zimmerman (1999), seguindo a teoria freudiana, o que o neurótico reprime e pode gratificar somente através de sintomas, o perverso expressa através de sua conduta sexual. Ferraz (2000), por outro lado, lembra que nos perversos as fantasias pré-genitais são colocadas em prática, já que eles não se sujeitam ao recalque, e são transformadas no centro de sua vida sexual. O perverso pode ser o que o neurótico não encontra permissão para ser. Portanto, a principal relação que se faz entre a sexualidade neurótica e a perversa é a questão da presença ou ausência da atuação das fantasias perversas, existentes em ambas as estruturas.

Para Freud (1917), “a sexualidade pervertida não é senão uma sexualidade infantil cindida em seus impulsos separados”. Isto porque a sexualidade infantil é descrita como “disposição perversa polimorfa”, em função de estar submetida ao funcionamento das pulsões parciais e estreitamente ligada à diversidade das zonas erógenas, além de se desenvolver antes do estabelecimento das funções genitais propriamente ditas. É importante destacar que na infância, a perversão ainda é apenas uma potencialidade.

Neste ponto, é oportuno mencionar análise feita por Oliveira (2002) a respeito do assunto:

Toda sexualidade infantil prepara muito mais para a perversão, sem hierarquia e sem outro objeto amoroso que não o sujeito, do que para a heterossexualidade adulta, na medida em que a passagem para as perversões efetua-se naturalmente e aparentemente sem conflito. Enquanto o caminho para a sexualidade adulta passa pelo recalque da sexualidade infantil, que faz com que se renuncie aos prazeres infantis e se hierarquizem as zonas erógenas, subordinando-as à genitalidade, e pela proibição do incesto, que marca o sexo do objeto de amor proibindo aquele que está mais próximo da criança. (p. 84)

Em outras palavras, basta a criança permanecer em sua sexualidade infantil para passar para a perversão, enquanto ela precisa atravessar todas as dificuldades da situação edipiana e resolvê-las bem para, ao longo do período de latência e da puberdade, chegar à heterossexualidade adulta.

Nos **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade** (1905b), a homossexualidade é classificada como aberração sexual e considerada um desvio relativo ao objeto sexual, sendo chamados de invertidos, e não de perversos, os sujeitos que apresentam fortemente essas tendências.

Em 1908, no texto **A moral sexual cultural e o nervosismo moderno**, Freud sustenta que a sexualidade normal é aquela exigida pela cultura, não havendo, portanto, normalidade sexual que não seja relativa a algum critério social.

Em 1908, no caso do pequeno Hans, Freud descobre o mecanismo da recusa, em que o menino imagina o órgão peniano que não vê nas meninas. Ligada a esta observação surge a idéia do fantasma da mãe fálica, que vai confirmar-se no caso de Leonardo da Vinci, em 1910. O conceito de desmentido ou renegação, essencial à formulação posterior da perversão, aparece novamente em 1913-14, em **O falso reconhecimento no tratamento psicanalítico** e em **Um caso de fetichismo**, assim como, em **Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos** (1925), em **O fetichismo** (1927) e, finalmente, no artigo **A divisão do ego no processo de defesa**, em 1938 (VALLAS, 1994).

Nesse momento surge a hipótese de que a perversão seria uma defesa contra a ameaça de castração, mecanismo utilizado posteriormente para explicar a homossexualidade masculina, mas que não ajudaria na compreensão da escolha homossexual e amorosa de uma mulher, a menos que o complexo de masculinidade ocupasse esse lugar. A partir de então, Freud passa a separar a homossexualidade das outras “perversões” e a falar sobre uma normalidade desses sujeitos em outros aspectos da vida sexual (BARBERO, 2005).

Segundo Valas (1994), em **Pulsão e destinos da pulsão** (1915), Freud esclarece que perversão é conceitualmente diferente de pulsão e é definida por uma organização geral e específica da vida sexual, conforme mecanismos particulares, sendo, portanto, derivada de vários fatores.

No artigo **Uma criança é espancada** (1919), Freud descreve a fantasia de espancamento infantil, cuja retenção com o propósito de satisfação auto-erótica é um traço de perversão. Percebe o autor nesse texto que em neuróticos existiam também fantasmas perversos, mas que nesse caso não se tratava de perversão.

Para Zimerman (1999), no referido texto Freud estuda os sentimentos de culpa das crianças em função das fantasias incestuosas e atribui aos castigos físicos impostos pelo pai, e erotizados pelo filho, a causa responsável pela gênese do masoquismo e da homossexualidade. Por outro lado, segundo Ferraz (2000), Freud aponta, com base nesse trabalho, a influência do complexo de Édipo na etiologia das perversões, além de reforçar a idéia da perversão como decorrente de uma fixação da libido. Um dos componentes da sexualidade se desenvolveria precocemente e se afastaria dos processos posteriores do desenvolvimento, mantendo-se, assim, em sua forma infantil. Se esse componente passar por um processo de recalçamento, sublimação ou formação reativa, a perversão infantil não persistirá na vida adulta.

Ainda conforme Ferraz (2000), no texto **A dissolução do complexo de Édipo** (1924), é tratada a ameaça de castração. A dissolução do Édipo seria o recalque, mas a recusa representa uma obstrução ao trabalho do recalque, ocasionando perturbação da trama edípica, “[...] o que favorece a confusão entre os papéis e os contornos sexuais. Desaparecem as diferenças, limites e normas, visto que a função paterna fica enfraquecida e os impulsos incestuosos não encontram delimitação clara” (p. 34).

No artigo **Fetichismo**, Freud (1927) considera fundamental o complexo de castração na formação da estrutura perversa e afirma que o fetiche é um substituto do pênis, em especial do pênis da mãe, pois a criança fantasia que todos possuem um pênis e, ao perceber que a mãe/mulher não o tem, depara-se com a realidade da castração. No mecanismo da recusa da castração, ou renegação, essa “percepção é mantida, mas a afirmação inconsciente de que o pênis continua a existir faz com que a representação deste se desloque para um outro objeto, a saber, o fetiche” (FERRAZ, 2000, p. 35). Para reconhecer e negar, simultaneamente, a realidade da castração, há uma divisão do ego do perverso. Há uma atitude que se ajusta ao desejo, e uma que se ajusta à realidade. Freud escreveu sobre o assunto em 1938, no artigo **A divisão do ego no processo de defesa**, conforme já mencionado.

A partir dessa concepção, segundo Zimmerman (1999), foi possível o entendimento da constante dissociação da personalidade perversa, que funciona entre partes contraditórias como se estas fossem compatíveis. O fetiche protege o indivíduo contra a ameaça de castração; torna-se imprescindível ao gozo, por ser idealizado como objeto. Mas, por outro lado, substitui e impede o acesso ao genital.

No que se refere à diferença entre normalidade e perversão, Freud (1905b) considerava que não era possível qualificar de perversas as singularidades da vida heterossexual, desde que estas fossem ocasionais ou ocorressem em circunstâncias coercitivas, como acontece com a prática do onanismo e da homossexualidade nas prisões, por exemplo. Pode-se afirmar, pois, que o autor considerava normais as fantasias ocasionais e perversas, as condutas fixas e exclusivas. Ressaltou ainda que muitas pessoas que aparentam ter conduta normal podem apresentar desvios quanto à vida sexual, enquanto quem apresenta desvios nas outras relações da vida costuma mostrar invariavelmente um fundo de conduta sexual anormal. A esse respeito, afirmou: “um ou outro traço de perversão raramente está ausente da vida sexual das pessoas normais” (FREUD, 1917). Nesse sentido, até mesmo um beijo poderia ser considerado uma conduta perversa, tendo em vista que consiste na junção de duas zonas erógenas orais em vez de dois órgãos genitais. “Na medida em que as ações

perversas se inserem na realização do ato sexual normal, como contribuições preparatórias ou intensificadoras, não constituem, na realidade, absolutamente perversões”. A essência das perversões está, pois, na exclusividade com que se efetuam os desvios de objeto ou de objetivo sexuais, ou seja, o perverso só se satisfaz quando há esses desvios.

Freud (1905b) assim se expressa sobre o tema:

Na maioria dos casos podemos encontrar o caráter patológico da perversão, não no conteúdo do novo alvo sexual, mas em sua relação com a normalidade. Quando a perversão não se apresenta ao lado do alvo e do objeto sexuais normais, nos casos em que a situação é propícia a promovê-la e há circunstâncias desfavoráveis impedindo a normalidade, mas antes suplanta e substitui o normal em todas as circunstâncias, ou seja, quando há nela as características de exclusividade e fixação, então nos vemos autorizados, na maioria das vezes, a julgá-la como um sintoma patológico. (p.153)

Segundo Zimmerman (1999), a utilização de práticas polimorfas como carícias orais e anais, como meios sádicos de gozo antecipatório ao coito pleno, sem propósito destrutivo, é bem diferente do uso dos meios pré-genitais exclusivamente, de maneira destrutiva e sem consideração pelo outro, como um fim em si mesmo.

Ainda sobre a normalidade, Ferraz (2000) esclarece que “em linguagem psicanalítica, a normalidade implica a integração das fantasias primitivas e as atividades pré-genitais (sádicas, masoquistas, voyeuristas, exibicionistas e fetichistas, próprias da sexualidade infantil perverso-polimorfa) com as atividades genitais” (p.20).

Como afirma Valas (1990), para Freud todo ser humano tem dois objetos sexuais originários: ele mesmo e sua mãe (ou a mulher que lhe proporcionou os primeiros cuidados). De maneira que as pessoas cujo desenvolvimento libidinal está perturbado, como os perversos, não escolheram seu objeto de amor posterior tendo como modelo a mãe, mas, sim, sua própria pessoa, tendo efetuado, portanto, uma escolha de objeto narcísica.

Para Barbero (2005), as perversões (homossexualidade, fetichismo, exibicionismo, sadomasoquismo etc.), todas, utilizariam o desmentido perante a angústia da castração, que produziria uma clivagem do eu, que, por sua vez, sempre resulta de algum fator narcisista exagerado.

Finalizando, Zimmerman (1999) ressalta a importância de se distinguir entre perversão e perversidade. Enquanto perversão está relacionada a uma estrutura que se organiza como defesa contra angústias, perversidade refere-se a um caráter de crueldade. O perverso, enquanto estrutura, não busca primariamente a sensualidade, mas esta pode ser usada como uma válvula de escape maníaca contra as ansiedades.

3.6 A homossexualidade em Freud

Freud (1905b), nos **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**, elabora sua teoria sobre a inversão a partir do objeto sexual. Assim, classifica a diversidade do comportamento dos invertidos em três categorias: os invertidos absolutos, os invertidos anfígenos e os invertidos ocasionais.

Os invertidos absolutos têm como objeto sexual apenas pessoas do mesmo sexo e demonstram frieza ou aversão sexual pelo sexo oposto. Segundo Freud (1905b), “essa aversão os incapacita de praticarem o ato sexual normal, ou então não extraem dessa prática nenhum gozo” (p. 128). Os invertidos anfígenos, os hermafroditas sexuais, têm como objeto sexual tanto pessoas do mesmo sexo quanto pessoas do outro sexo. E os invertidos ocasionais são aqueles que deslocam a determinação de seu comportamento invertido para as condições externas, como a inacessibilidade do objeto sexual e a imitação, podendo tomar como objeto sexual uma pessoa do mesmo sexo e encontrando com ela satisfação no ato sexual.

O autor chama ainda a atenção para o julgamento que os invertidos fazem da peculiaridade de sua condição sexual, dizendo que alguns a consideram normal e outros a têm como uma compulsão patológica. E salienta que apenas os últimos, que se rebelam contra a própria inversão, podem receber a influência de um tratamento por sugestão ou pela psicanálise.

Freud (1905b) relaciona o comportamento dos invertidos com o tempo de atuação da inversão na história de vida dos mesmos, tendo em vista que pode vir de longa data ou ter sido notado antes ou depois da puberdade; pode permanecer por toda a vida, ser temporariamente suspensa ou ainda constituir um episódio no desenvolvimento normal, assim como pode surgir pela primeira vez após longo período de atividade sexual normal ou pode haver uma oscilação periódica entre o objeto sexual normal e o invertido, ou ainda pode ser resultado de uma “experiência penosa com um objeto sexual normal” (p. 129).

Em seguida, o autor apresenta duas concepções para a inversão que associam a homossexualidade à patologia. São elas: a que a considera uma degeneração e a outra, que lhe dá um caráter inato.

Para Freud (1905b), os invertidos não são degenerados, pois tais pessoas não apresentam nenhum outro desvio grave da norma, além de se destacarem por um desenvolvimento intelectual, cultural e ético particularmente elevado. Além disso, ressalta que a inversão também é encontrada como uma característica cultural bem integrada em diferentes civilizações antigas e atuais, afastando dessa maneira a inversão do campo puramente médico.

Para contestar o caráter inato da inversão e da degeneração nervosa, Freud chega à concepção segundo a qual a inversão tem um caráter adquirido, que seria justificado não apenas pelas “influências externas favorecedoras e inibidoras” mais atuais, mas também por uma “impressão sexual prematura”, o que traz para o rol dos argumentos “uma vivência da primeira infância” (OLIVEIRA, 2002). No entanto, Freud (1905b) questiona o caráter adquirido da inversão, apontando para as exceções. Diz o autor a este respeito:

Mas a aparente certeza assim adquirida chega ao fim através da observação contrária de que muitas pessoas ficam sujeitas às mesmas influências sexuais (inclusive na meninice: sedução, masturbação mútua), sem por isso se tornarem invertidas ou assim continuarem permanentemente. Somos, portanto, impelidos à suposição de que a alternativa inato/adquirido é incompleta ou, então, não abarca todas as situações presentes na inversão. (p. 131-2)

Tendo demonstrado que tanto a suposição da inversão como inata quanto como adquirida não consegue explicar a questão, Freud, influenciado por Wilhelm Fliess, lança mão da noção de bissexualidade original, segundo a qual todo ser humano teria uma disposição física originalmente bissexual, que, ao longo do seu desenvolvimento, vai-se transformando em monossexual. Freud (1905b) fundamentou a teoria da bissexualidade em dados da anatomia e da embriologia, tendo afirmado: “Um certo grau de hermafroditismo anatômico é normal. Em todo indivíduo, macho ou fêmea, encontram-se vestígios do aparelho genital do sexo oposto[...]” (p. 141).

Como afirma Oliveira (2002), Freud não caiu na conclusão simplista da relação direta entre o psíquico e o físico, tendo, inclusive, criticado a correspondência direta entre o hermafroditismo somático e o hermafroditismo psíquico, assim como entre os caracteres sexuais secundários e terciários com a inversão. Mas, a partir dessas explicações, apresentou duas idéias para explicar a homossexualidade: a disposição bissexual e a ocorrência de perturbações no desenvolvimento da pulsão sexual, que incluiriam uma “impressão sexual prematura vivida na primeira infância, que tem a força de desviar a pulsão sexual do que seria sua evolução natural” (OLIVEIRA, 2002, p. 116).

Em relação ao objeto sexual dos invertidos, Freud (1905b) diz que a teoria do hermafroditismo psíquico teria como pressuposto que o objeto sexual do homossexual é o

oposto do de uma pessoa normal, que implica sentir-se o invertido, no caso de um homem, uma mulher à procura de um homem, mas que tal teoria não englobaria a totalidade dos casos de inversão. Isto porque grande número de invertidos conserva o caráter anímico da masculinidade, buscando por isso no seu parceiro traços psíquicos femininos. Neste caso, o objeto sexual seria um parceiro que tivesse as características dos dois sexos, “uma espécie de reflexo da própria natureza bissexual do indivíduo” (p. 136). O autor afirma ainda que é menos ambígua a posição das mulheres, posto que as invertidas buscam em seus objetos sexuais a feminilidade, já que com freqüência apresentam características masculinas físicas e psíquicas.

Neste ponto faz-se necessário ressaltar a posição secundária em que Freud colocou a sexualidade feminina – e, conseqüentemente, a homossexualidade feminina – frente a uma suposta posição masculina originária, que determinaria o masculino como paradigma da construção do psiquismo humano. Dessa forma, diante da primazia do falo, era reservado ao sexo feminino um papel sexual secundário. Talvez por isso Freud só tenha estudado mais detidamente a homossexualidade feminina com o atendimento de uma jovem, que ficou conhecido com a publicação do texto intitulado **A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher**. Nele, Freud (1920) sustenta que a moça possuía, desde o nascimento, uma atitude mental masculina mais forte do que a feminina, o que era fruto da bissexualidade biológica. Quando da vivência do complexo de Édipo, ao descobrir-se castrada, a moça passa pela experiência penosa da frustração e, a partir daí, segue a feminilidade, que é uma das três linhas de desenvolvimento possíveis, juntamente com a inibição sexual neurótica e a superenfatisação da masculinidade. No entanto, com a segunda frustração na puberdade, ocorre a revivência da experiência da dor da castração, que a faz seguir o caminho da superenfatisação da masculinidade. Esta, aliada à força original de seu complexo masculino, propicia a mudança de direção da identificação, que passa da mãe para o pai. Verifica-se, portanto, que na homossexualidade feminina, ocorre a mesma dinâmica defendida por Freud em relação à homossexualidade masculina, só que com os vetores trocados (OLIVEIRA, 2002).

Em 1910, Freud acrescenta às explicações da homossexualidade, através de nota acrescentada ao texto de 1905, a fixação na mãe, posteriormente substituída pela identificação com a mesma. Assim, ao identificar-se com a mãe, o invertido buscaria o mesmo objeto sexual da mãe, que inicialmente seria ele mesmo, o que remete ao conceito de narcisismo para explicar tal escolha. Outra explicação estaria na sensibilidade heterossexual inicial dos

mesmos aos encantos da mulher, a qual seria transferida para um objeto masculino. Assim, como sustenta Oliveira (2002), o novo texto parece indicar que a identificação com a mãe poderia gerar a inversão não só do objeto, mas também do caráter sexual do sujeito, ou seja, de seu próprio “caráter psíquico da virilidade” no sentido da feminilidade (p. 119).

Em 1915, Freud amplia a explicação da inversão, chegando a todas as manifestações da sexualidade no que se refere à escolha de objeto. Universaliza a escolha inconsciente de objeto homossexual, assim como os elementos constitucionais e acidentais da sexualidade, apontando como determinante da diversidade das expressões sexuais nos seres humanos a relação de força que se estabelece entre os elementos constitutivos da sexualidade. Atribui o autor a escolha do objeto homossexual às experiências infantis, à história de vida do indivíduo e a comparações com a história da humanidade, saindo, portanto, da argumentação de natureza anatômica. Assim, a explicação da origem da homossexualidade vai progressivamente deixando o campo de argumentação biológica para o de uma argumentação psicológica (OLIVEIRA, 2002).

Como elementos constitucionais, cita as constituições arcaicas e os mecanismos psíquicos primitivos, tais como a escolha narcísica de objeto e a retenção da zona anal, e, como elementos acidentais, aponta a frustração e a participação dos pais, destacando a ausência de um pai forte na infância como elemento que favoreceria a inversão. O que determinaria a escolha de objeto homossexual ou heterossexual seria a intensidade com que cada um dos fatores constitucionais e acidentais participaria da conformação da sexualidade (FREUD, 1905b).

Em 1920, Freud acrescenta outra nota, em que, a partir de contribuições de Ferenczi sobre o assunto, critica a generalização que se faz à homossexualidade, já que se trata de um quadro diversificado de manifestações sexuais que têm em comum a escolha de objeto do mesmo sexo, assim como cita a diferença que aquele autor faz entre os homoeróticos quanto ao objeto e os homoeróticos quanto ao sujeito. Os primeiros sentem-se homens, mas com a particularidade de terem como objetos sexuais outros homens. Os últimos sentem-se mulheres e têm como objetos sexuais pessoas do mesmo sexo. Nesta nota há um retorno ao argumento anatômico e bioquímico para a explicação da homossexualidade, ao citar os últimos trabalhos desenvolvidos por biólogos para o esclarecimento dos fatores orgânicos determinantes da inversão.

Como salienta Oliveira (2002), verifica-se que Freud oscila entre enfatizar os aspectos psíquicos e os aspectos físicos da questão, ora pendendo para uns, ora pendendo para outros.

E, acompanhando a evolução do pensamento de Freud no que se refere à inversão, verifica-se que há uma mudança de concepção do invertido, passando este de um homem com objeto de satisfação sexual invertido, para um indivíduo com características sexuais e anímicas de ambos os sexos. O objeto de satisfação sexual também sofre uma transformação, deixando de ser concreto, imediato, preso à pulsão, para ser um objeto subjetivo, mediado pela subjetividade, pelos anseios e desejos do sujeito. Como geradores de tais mudanças, e como explicação da inversão, são apontados três elementos: o biológico, o psíquico e o aspecto quantitativo. O primeiro refere-se à disposição bissexual inicial dos indivíduos, que seria a base dos caracteres sexuais do sujeito. O aspecto quantitativo relaciona-se à intensidade com que cada elemento psíquico entra na configuração da sexualidade. E entre os aspectos psíquicos que fundamentam a inversão estariam a fixação inicial na mãe e posterior identificação com a mesma, a escolha narcísica do objeto, a importância erótica da zona anal, a frustração (intimidação sexual precoce) e a ausência de um pai forte na infância.

Por fim, no texto intitulado **Alguns mecanismos neuróticos no ciúme, na paranóia e no homossexualismo** (1922), Freud traz uma espécie de síntese da sua compreensão da homossexualidade, apontando a escolha homossexual de objeto como produto da combinação do fator orgânico – neste ponto incluindo as características sexuais físicas e mentais, como as atitudes masculina e feminina, a bissexualidade – com cinco fatores psíquicos: a intensa ligação com a mãe, o narcisismo, o complexo de castração, a sedução materna e a transformação dos impulsos agressivos e hostis em impulsos sexuais, cada uma delas atuando com intensidade diferente (OLIVEIRA, 2002).

Assim, resumindo o pensamento de Freud a respeito da homossexualidade em geral, pode-se lançar mão do que diz o autor em uma carta escrita em 1939 a uma mãe que o consultara sobre a possibilidade de tratamento da homossexualidade de seu filho, quando afirma que a homossexualidade não é uma doença, não obstante também não ser uma vantagem. A Psicanálise, afirma Freud, a considera uma variante da função sexual, produto de uma detenção do desenvolvimento e não se propõe, portanto, a curá-la (BARBERO, 2005).

Verifica-se, pois, que para Freud a saúde pode conviver com a perversão, ficando para a psicopatologia os casos em que há adoecimento psíquico associado à perversão. A demanda para tratamento seria, assim, apenas adaptativa, estando ela ligada a motivos externos, como as desvantagens e perigos sociais suscitados pela escolha de objeto homossexual.

CONCLUSÃO

Esta monografia teve como objetivo investigar os fatores determinantes da homossexualidade a partir das abordagens biomédica, sociocultural e psicanalítica, tendo sido suscitada a questão de a homossexualidade configurar uma constituição ou uma construção.

Assim, inicialmente, fez-se uma breve revisão histórica, que demonstrou que a homossexualidade passou de um rito de iniciação para os jovens da Grécia antiga, a um pecado, uma abominação na Idade Média, tendo sido depois categorizada como crime e, posteriormente, ter ocupado espaço entre as enfermidades e, já na Contemporaneidade, especificamente entre as psicopatologias. Constatou-se que os interesses sociopolíticos e econômicos acabam por influenciar na forma como as relações sexuais são compreendidas e confrontadas pela comunidade em que se inserem, sendo assimiladas pela cultura de sua época. As várias posições ocupadas pela homossexualidade ao longo da História sempre

estiveram relacionadas com os graus de tolerância social demonstrados pelas diferentes culturas em distintas épocas, o que vai ao encontro da concepção sociocultural da homossexualidade, que defende que esta é uma expressão da sexualidade que se constrói na relação do sujeito com o meio em que vive, conforme a cultura dominante, suas crenças e valores. Desse ponto de vista, a sexualidade e os papéis sexuais são criados historicamente e variam de cultura para cultura, o que permitiria a desconstrução das concepções preconceituosas em torno da homossexualidade, já que seriam fruto de seu tempo histórico e estariam impregnadas pelo modelo heterossexual normatizador.

No que se refere à abordagem biomédica da homossexualidade, ficou evidenciado um processo evolutivo na categorização desse tipo de expressão da sexualidade, tendo sido considerado inicialmente um sinal de perturbação mental, mesmo na ausência de doença mental, passando pela classificação de vício, perversão, degeneração e patologia, assim como pela constatação de ser derivada de fatores hereditários, o que suscitou pesquisas sobre as determinações biológicas, entre as quais os fatores genéticos, hormonais e cerebrais. Assim, a ciência defende a natureza inata da homossexualidade, embora, como já mencionado anteriormente, muitos pesquisadores concordem em que o comportamento sexual não pode ser explicado exclusivamente pela biologia, tendo também os fatores ambientais papel fundamental no desenvolvimento de uma orientação sexual específica. A visão biomédica favorece a diminuição do preconceito contra a população homossexual, posto que, sendo as causas da homossexualidade inatas, cairia por terra a crença de que tal orientação sexual seria uma opção sexual, o que supõe uma escolha feita por indivíduos com “moral deficiente”.

A abordagem psicanalítica sustenta que a escolha objetal é fruto da combinação do fator orgânico com fatores psíquicos. O primeiro refere-se à condição bissexual original dos indivíduos, que seria a base dos caracteres sexuais do sujeito. Segundo Freud, a bissexualidade seria a disposição original a partir da qual cada indivíduo se defrontaria com os recursos que lhe permitiriam trilhar o caminho para a definição de sua identificação sexual, feminina ou masculina. Tanto a homossexualidade quanto a heterossexualidade seriam restrições da bissexualidade, tendo ambas as formas de expressão da sexualidade como solo comum a função bissexual plena.

Nesse sentido, a escolha de objeto sexual não seria determinada *a priori*, mas seria algo a ser definido a partir de uma história pessoal marcada por fatores muito particulares, entre os quais as vivências ligadas ao complexo de Édipo, à castração e ao narcisismo, como a intensa ligação com a mãe, a ausência do pai e a fixação prematura da libido. É na relação

com a mãe e o pai, ou seus substitutos, que a criança vai criar recursos para construir sua identidade sexual, que, masculina ou feminina, dependerá da intensidade do investimento libidinal empregado nos processos identificatórios. No caso da escolha homossexual de objeto, haveria uma subjetivação problemática da diferença sexual, em que se afirma a importância atribuída ao primado do falo, a qual redundaria numa inibição do desenvolvimento.

Verifica-se, assim, que a teorização de Freud contribuiu sobremaneira para a “desnaturalização” da sexualidade humana, demonstrando que todas as escolhas sexuais, como produções do desejo, seguem determinações inconscientes, não havendo, por isso, algo que se possa chamar de sexualidade “normal” ou “natural”. Sendo a pulsão sexual humana orientada pela diversidade, a sexualidade humana desvirtua a natureza reprodutiva do sexo natural.

Oportuno se torna fazer algumas reflexões acerca dos motivos que levam uma pessoa a ter determinada orientação sexual. Em primeiro lugar, dever-se-ia indagar: trata-se de uma escolha, ou melhor, pode-se optar entre diferentes formas de expressar a sexualidade? Naturalmente, as pessoas têm livre-arbítrio e podem decidir com quem se relacionar afetivamente. No entanto, desejos e fantasias, apesar de poderem ser reprimidos ou negados, não podem ser impedidos de emergir. Seguindo esse raciocínio, a homossexualidade não seria uma opção, mas uma entre outras possibilidades de orientação sexual, segundo a abordagem psicanalítica, definida na infância e, conforme sugerem algumas pesquisas científicas, até determinada geneticamente. Como afirma Trevisan (2002), se fosse uma escolha, provavelmente os indivíduos que optassem por tal orientação seriam masoquistas, tendo em vista a discriminação e hostilidade a que alguns são expostos.

Não se tratando de uma escolha, também se poderia questionar: tendo nascido homossexual, o indivíduo sempre se relacionará afetivamente com pessoas do mesmo sexo? Alguns especialistas acreditam que sim, e a essa teoria dão preferência também certos segmentos da militância homossexual, pois existem pesquisas que mostram que as pessoas aceitam mais a homossexualidade se acreditam na imutabilidade da orientação sexual (EPSTEIN, 2006). Segundo essa visão, pessoas que, depois de se relacionarem com pessoas do sexo oposto, passam a se relacionar com pessoas do mesmo sexo, nada mais são do que homossexuais que passaram a assumir a homossexualidade antes oculta, em função da pressão sofrida por uma sociedade homofóbica. Essa visão corrobora, pois, a abordagem

sociocultural da questão da homossexualidade, segundo a qual a cultura, a religião, as leis e os valores do indivíduo podem servir para travar, ou liberar, os desejos homossexuais.

Outro aspecto importante refere-se à tese do construtivismo, que sugere que todo comportamento sexual segue uma linha de continuidade, tendo sido a atração pelo mesmo sexo apenas uma das orientações sexuais possíveis do ser humano. A confirmar esta tese está o relatório do biólogo Alfred Kinsey, publicado na década de 1940, que concluiu que a sexualidade não se restringe a dois grupos, heterossexual e homossexual, mas se trata de um *continuum*, em que a atração e a forma de lidar com a sexualidade são diversas e de diferentes gradações, variando de um indivíduo para outro e de uma época para outra da vida de um mesmo sujeito (KINSEY, 1948 apud COSTA, 1992). Esta visão explicaria o fato de algumas pessoas conseguirem experimentar formas diversas de se relacionarem sexualmente e outras não, tendo em vista que os indivíduos se localizariam em lugares distintos de um extremo a outro dessa escala contínua, que comportaria heterossexuais, homossexuais, homossexuais circunstanciais, bissexuais e transgêneros.

Se a expressão da sexualidade é uma das variáveis de um *continuum* de orientação sexual e o fator genético contribui para a etiologia da homossexualidade, seria muito pouco provável o indivíduo que se colocasse numa das extremidades desse *continuum* se interessar por um homossexual. Por outro lado, se um indivíduo que se situa em algum lugar entre os dois extremos, a influência externa pode ser uma determinante para a orientação sexual.

É notório que a sexualidade humana é um fenômeno complexo. Entre a atração forte e exclusiva de um homem por uma mulher, de um homem por outro homem, ou de uma mulher por outra mulher, existem sensações sexuais e emocionais cuja diversidade e intensidade vão depender dos indivíduos inseridos em determinada situação. Alguns homens desejam fazer sexo com outros homens, sendo este desejo algo permanente em suas vidas. Alguns são apenas curiosos a respeito de corpos masculinos e podem experimentar, em algum momento de suas vidas, um contato mais íntimo. Outros se sentem igualmente atraídos por homens e mulheres. Para outros, ainda, o prazer encontra-se simplesmente em admirar os corpos de outros homens, sem desejar o contato sexual. Mulheres também sentem e vivem todas estas situações com outras mulheres. Estas permutações infinitas nem sempre são absorvidas pela sociedade, daí surgindo a necessidade de rotular as pessoas.

Apesar dos achados científicos para a compreensão e desmistificação da homossexualidade, de a Organização Mundial da Saúde tê-la retirado, há mais de dez anos, da Classificação Internacional de Doenças, das explicações dadas pelas teorias sociológicas

e antropológicas, assim como do entendimento psicanalítico da homossexualidade, o fato é que ainda não surgiu uma teoria que abarcasse toda a complexidade do comportamento homossexual. É preciso que se admita que as origens da homossexualidade são múltiplas e que, ademais, há uma combinação das influências dos diversos fatores que a determinam, sendo incorreto limitar a sua gênese a um único desses fatores. Freud já salientava a complexidade da matéria, afirmando que a sua teoria não explicava todos os casos de homossexualidade. O único ponto em que a maioria dos pesquisadores concorda é que o comportamento homossexual é uma característica que se manifesta na espécie humana.

Assim, para responder ao questionamento inicial desta monografia, se a homossexualidade é uma constituição ou construção, o que se pode afirmar é que a homossexualidade é uma das possíveis expressões da sexualidade humana, produto de fatores biológicos, psicológicos e sociais inter-relacionados.

Por fim, atendendo ao objetivo deste trabalho de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da parcela da sociedade que sofre em virtude de sua orientação sexual, é oportuno salientar que é de fundamental importância que profissionais da área de saúde, particularmente psicólogos, compreendam a homossexualidade como uma variação da sexualidade humana, e não como uma doença ou distúrbio, e se desfaçam de seus preconceitos, a fim de aprimorar a escuta, que deve permitir a todo sujeito aproximar-se o máximo possível de seu desejo, seja ele qual for, inclusive o desejo homossexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, J. C. **Narcisismo e a relação narcísica de objeto**. Monografia apresentada no seminário Narcisismo. A Constituição do Eu. 2002. Disponível em: <http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias.php?noticiaid=17743&assunto=Psiquiatria%20e%20Psicologia>. Acesso em: 18 maio 2008.

ARRUDA, A. **Teoria das representações sociais e teorias de gênero**. Cad. Pesqui. n. 117, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 Jun. 2008.

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. **Critérios diagnósticos do DM-IV**: referência rápida. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

BARBERO, G. **Homossexualidade e perversão na psicanálise**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CARVALHO, P. B. **Discursos sociais históricos e Contemporâneos sobre a homossexualidade**. Trabalho de final de curso – Universidade Católica de Brasília, Brasília-DF, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 1999. Resolução 001.

COSTA, J. F. **A face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Escuta, 1995.

_____. **A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. **Violência e Psicanálise**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DANIEL, M.; BAUDRY, A. **Os homossexuais**. Rio de Janeiro: Artenova, 1997.

DAVI, E.; RODRIGUES, J. **Os caminhos da homossexualidade: inserção ou exclusão?** Disponível em: <http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica/humanas2003/os_caminhos.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2008.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

EPSTEIN, R. Ser ou não ser? **Revista Viver Mente e Cérebro**, ano XIV, n. 165, 2006.

FERRAZ, F. C. **Perversão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREUD, S. Fragmento da Análise de um caso de histeria In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII (1905a).

_____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII (1905b).

_____. Minhas teses sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. VII (1906).

_____. Leonardo da Vinci e uma lembrança da sua infância. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XI (1910).

_____. Sobre o narcisismo, uma introdução. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIV (1914).

_____. Conferências Introdutórias Sobre Psicanálise. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI (1917).

_____ Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII (1919). 1 CD-ROM. Não paginado.

_____ A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVIII (1920).

_____ Alguns mecanismos neuróticos na inveja, paranóia e homossexualidade. In: SALOMÃO, J. (Dir.). **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XVIII (1922).

_____ A Organização Genital Infantil (uma interpolação na teoria da sexualidade). In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX. 1923. 1 CD-ROM. Não paginado.

_____ A dissolução do complexo de Édipo. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX (1924). 1 CD-ROM. Não paginado.

_____ Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996, v. XIX (1925).

_____ Sexualidade feminina. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI (1931). 1 CD-ROM. Não paginado.

_____ Feminilidade. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII (1933). 1 CD-ROM. Não paginado.

_____ Esboço de Psicanálise. In: SALOMÃO, E. (Coord.). **Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII (1940). 1 CD-ROM. Não paginado.

GARCIA, J. C. **Problemáticas da identidade sexual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, 2ª ed. (Coleção Clínica Psicanalítica).

GAY, P. **Freud: Uma vida para o nosso tempo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HEILBORN, M. L. Ser ou Estar Homossexual: dilemas de construção de identidade social. In: PARKER, R. & BARBOSA, R.M. (orgs.) **Sexualidades Brasileiras**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996.

HERCULANO-HOUZEL, S. O Cérebro Homossexual. **Revista Viver Mente e Cérebro**, ano XIV, n. 165, 2006. p. 46-51.

- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes: 2004.
- LAQUEUR, T. **Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos Gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
- LEERS, B.; TRASFERETTI, J. **Homossexuais e Ética Cristã**. São Paulo: Átomo, 2002.
- LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- MARTINS, F. **O Complexo de Édipo**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- NASIO, J.-D. **Édipo: o complexo do qual nenhuma criança escapa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Campo freudiano no Brasil).
- NAPHY, W. **Born to be gay: História da Homossexualidade**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- OLIVEIRA, R. **Campo e Ação das Identificações na Constituição da Homossexualidade Masculina**. Tese de doutorado. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- PARKER, R. Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In: LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.
- SILVA, A. **Homossexualidade e Discriminação: o preconceito sexual internalizado**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0991.D2W/SHOW?&CdLinPrg=pt&Cont=9652:pt&CdNatCon=TE. Acesso em: 28 mar. 2008.
- SPENCER, C. **Homossexualidade: uma história**. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- STOLLER, R. J. As personificações e as séries de composições da identidade de gênero. In: MARMOR, J. (Org.). **A inversão sexual: as múltiplas razões da homossexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1973.
- TORRÃO FILHO, A. **Tríades Galantes, Fanchonos Militantes: homossexuais que fizeram a história**. São Paulo: GLS, 2000.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ULLMANN, R. A. **Amor e sexo na Grécia Antiga**. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

VALAS, P. **Freud e a Perversão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

ZIMERMAN, D. **Fundamentos psicanalíticos**: teoria, técnica e clínica – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.